

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| FEVEREIRO 2008 |

35

Governo Federal

**Ministro de Estado Extraordinário de
Assuntos Estratégicos** – Roberto Mangabeira Unger

**Núcleo de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República**

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

João Sicsú

Diretor de Estudos Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Diretora de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos Setoriais

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Estanislau Maria de Freitas Júnior

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Lauro Ramos

Equipe

Carlos Henrique Leite Corseuil

Rosangela Cavaleri

Luciana Sales Marques - estagiária

Luana Moreira de Souza Furtado - estagiária

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	III
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	1
NOTAS TÉCNICAS	11
“ATIVAÇÃO” – O ATUAL RUMO DA POLÍTICA SOCIAL PARA O TRABALHO NO MUNDO Marcelo Almeida de Britto	13
A ESCOLARIDADE DOS PAIS E OS RETORNOS À EDUCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO Lauro Ramos Maurício Cortez Reis	19
UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS Carlos Henrique Corseuil	25
ANEXO ESTATÍSTICO	31

APRESENTAÇÃO

O ano de 2007 foi marcado por um desempenho bastante satisfatório do mercado de trabalho metropolitano, na esteira dos bons resultados colhidos no âmbito da performance da economia como um todo. Os indicadores, em geral, apontam progressos expressivos: crescimento da população ocupada, indícios de melhora na qualidade dos postos de trabalho, queda da taxa de desemprego para o menor patamar desde a implementação da nova Pesquisa Mensal de Emprego (PME), recuperação dos rendimentos médios reais e crescimento da massa de rendimentos. Dado esse quadro, o presente número deste boletim tem como foco a análise do comportamento do mercado de trabalho em 2007, procurando destacar e detalhar a evolução desses vários índices. Cabe ressaltar que os dados para janeiro de 2008 recém-divulgados corroboram os resultados qualitativos a serem avaliados neste número.

Além desta apresentação, da análise do comportamento do mercado de trabalho em 2007 e do tradicional anexo estatístico, esta edição contém três notas técnicas assinadas por técnicos do Ipea. Na primeira, Marcelo Almeida de Britto discute as transformações na forma como as ações do Estado nas áreas social e do trabalho são percebidas nos países da União Européia. O autor descreve como isso tem se traduzido em uma nova política, que contempla a reinserção, através do trabalho, de grupos sociais em geral excluídos. Mantendo a tradição social-democrata do continente, é reconhecida a parcela de responsabilidade da sociedade em gerar emprego para os excluídos. A novidade é a divisão de responsabilidade com os indivíduos, cobrando uma contrapartida dos beneficiados pela política. Na segunda nota técnica, Lauro Ramos e Maurício Cortez Reis analisam o papel da educação na mobilidade de rendimentos entre gerações. Usando dados do suplemento especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1996, os autores mostram que os retornos à educação dos filhos crescem de acordo com a escolaridade dos pais. Dessa forma, um jovem cujos pais têm baixa escolaridade tem menos chances de alcançar um patamar elevado de rendimentos do que outro, filho de pais com alto grau de escolaridade, mesmo quando ambos os jovens alcançam exatamente o mesmo nível de escolaridade. A terceira e última nota, de Carlos Henrique Corseuil, traz uma análise exploratória sobre mudanças organizacionais nos estabelecimentos brasileiros. O autor propõe novas medidas de mudanças organizacionais, baseadas em mudanças observadas na estrutura ocupacional do emprego no nível dos estabelecimentos. Usando dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o autor procura identificar como a intensidade do processo de mudanças organizacionais varia de acordo com certas características dos estabelecimentos. Os resultados mostram que os pequenos estabelecimentos comerciais, com poucos anos de vida, tendem a mudar consideravelmente sua estrutura ocupacional. Já os grandes e maduros, tanto na indústria como nos serviços, realizam essas mudanças com menos intensidade.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

O bom desempenho do mercado de trabalho em 2007, que será discutido nesta seção, reflete, em boa medida, o panorama favorável do ambiente macroeconômico.¹ O nível de atividade econômica de 2007 mostra-se significativamente maior do que aquele registrado em 2006. O último resultado disponível do Produto Interno Bruto (PIB) refere-se ao terceiro trimestre de 2007 e mostra um crescimento de 5,7% frente ao mesmo período de 2006.

Outra característica que cabe destacar é a trajetória do nível de atividade ao longo do último ano. Os resultados trimestrais mostram uma aceleração não apenas do PIB, mas também daqueles indicadores com resultados disponíveis no último trimestre, como é o caso da produção industrial e das exportações. A evolução dos preços em 2007 revela características bastante semelhantes às do nível de atividade, quais sejam, inflação maior do que em 2006 e acelerando ao longo do ano. Há que se atentar, no entanto, para o fato de que a inflação de 2007, de 4,5% conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), corresponde ao centro da meta estipulada pela autoridade monetária.

Ao analisar-se o desempenho do mercado de trabalho nas seis regiões metropolitanas (RMs) cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o ano de 2007 teve como fato de maior relevância uma elevação expressiva no nível de ocupação combinada com o menor índice de informalidade do trabalho desde a implantação da nova metodologia da PME.

2 OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

O crescimento médio do nível de ocupação do ano de 2007 em relação a 2006 foi de 3,0%. Em valores absolutos, o mercado de trabalho gerou 623 mil novos postos de trabalho no decorrer do ano, como se pode observar no gráfico 1. Dentro dessa evolução merece destaque o papel dos setores outros serviços² e comércio,³ que em conjunto responderam por mais de 60% das novas vagas criadas.

No que tange à distribuição setorial, esse processo de expansão da ocupação aponta – comparando-se as vagas abertas no decorrer de 2007 com o verificado em 2006 – para os setores de intermediações financeiras⁴ (7,3%), construção civil (3,45%) e outras atividades⁵

1. Todos os números que fundamentaram este panorama macroeconômico estão disponíveis na sinopse macroeconômica do Ipeadata. Ver: <www.ipeadata.gov.br>.

2. Esse agrupamento abrange as atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

3. Nesse agrupamento estão incluídas as atividades de comércio; reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos; e comércio a varejo de combustíveis.

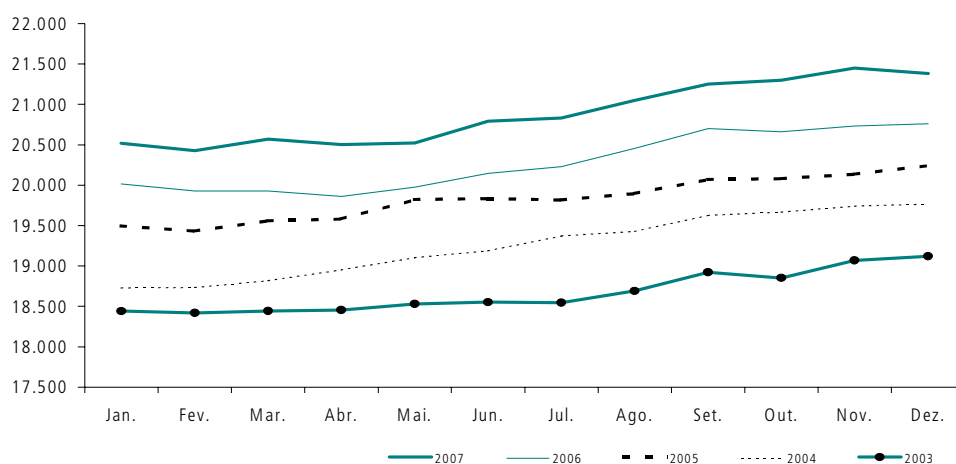
4. Nesse agrupamento, além da atividade de intermediações financeiras, estão incluídas as atividades de serviços prestados à empresa, aluguéis e atividades imobiliárias.

5. Essa categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

GRÁFICO 1

Nível de ocupação metropolitana

(Em milhares)



Fonte: PME/IBGE.

como os principais responsáveis pelo desempenho positivo da ocupação durante o ano, todos acima do observado para o total dos setores⁶ (3,0%). Por outro lado, os setores de indústria⁷ e comércio⁸ foram responsáveis pelas menores taxas de expansão do nível de ocupação, com crescimento de 0,9% e 2,1%, respectivamente.

Já quando se compara o quarto trimestre de 2007 com o terceiro trimestre do mesmo ano encontra-se crescimento expressivo nos setores outros serviços (6,6%) e outras atividades (5,2%). Na análise trimestral, os setores de comércio (2,9%) e indústria (2,4%) apresentaram uma recuperação em relação aos três primeiros trimestres do ano, ficando acima da média trimestral do nível de ocupação total.

Analisando-se os dados regionais, percebe-se que todas as RMs pesquisadas pela PME mostraram variação positiva na comparação da média do nível de ocupação do ano de 2007 com o de 2006.⁹ Nessa comparação podem-se destacar as RMs de Salvador e de Belo Horizonte, com crescimentos de 5,2% e 4,6%, respectivamente, durante o período em estudo. Também se verifica um crescimento nas RMs pesquisadas quando se estabelece uma comparação entre o quarto e o terceiro trimestres de 2007. Durante esse período, apenas a RM de São Paulo apresentou crescimento superior a 2,0%.¹⁰

Em valores absolutos, São Paulo foi a RM que apresentou melhor desempenho, criando 289 mil novas vagas de trabalho, o que representa cerca de 46,0% do total de vagas criadas ao longo do ano – condizente com a sua participação no total da pesquisa (42,4%). No extremo oposto, o número de vagas criadas na RM de Recife foi de apenas 8 mil, o que

6. Variação anual (média do ano de 2007 em comparação com o ano de 2006) da população ocupada total.

7. Nesse agrupamento estão incluídas as atividades de indústria extrativa e de transformação; e de produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

8. O destaque positivo do agrupamento comércio na criação absoluta de vagas, que vimos anteriormente, explica-se por sua elevada participação percentual no estoque de postos de trabalho, não pela sua taxa de expansão, que foi modesta.

9. Crescimento das seis RMs pesquisadas entre o ano de 2006 e o de 2007: Belo Horizonte (4,6%); Porto Alegre (2,6%); Recife (0,7%); Rio de Janeiro (1,7%); Salvador (5,2%); e São Paulo (3,4%).

10. Crescimento das seis RMs pesquisadas entre o terceiro e o quarto trimestres de 2007: Belo Horizonte (1,6%); Porto Alegre (1,9%); Recife (1,0%); Rio de Janeiro (1,1%); Salvador (1,2%); e São Paulo (2,1%).

representa somente 1,4% das vagas de 2007 – ficando, portanto, muito aquém da sua participação (6,4%).

Na pesquisa por faixa etária, nota-se que a população do grupo mais jovem, de 15 a 17 anos, experimentou no último ano uma redução do seu contingente ocupado em quase 6,5%. Por outro lado, as faixas de 25 a 49 anos e de 50 anos ou mais apresentaram crescimento de 59,2% e 36,2%, respectivamente. Consideradas em conjunto, essas duas faixas, que representam 82,5% da força de trabalho ocupada, responderam por 95,4% da expansão da ocupação em 2007.

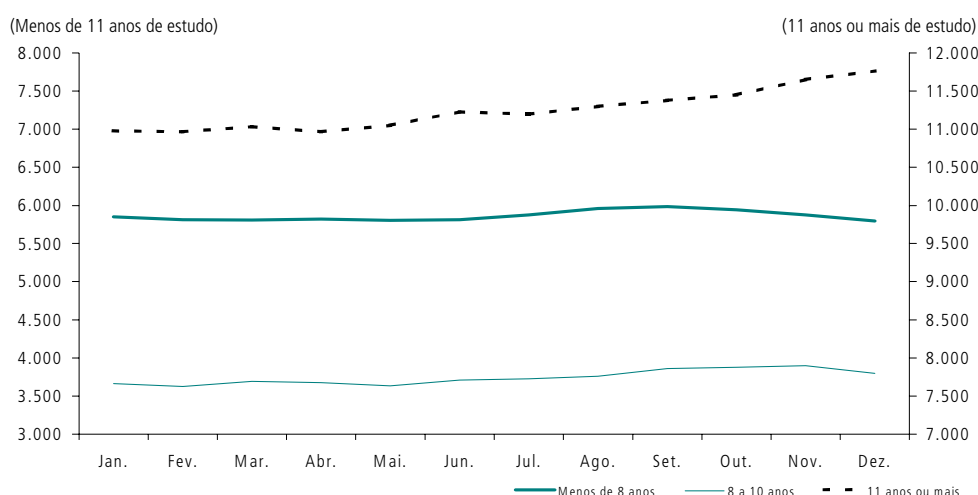
Por fim, o corte que revela resultados mais interessantes para o nível de ocupação é aquele relacionado ao nível de escolaridade dos trabalhadores. Durante o ano de 2007, confirmando o padrão observado desde o ano de 2004, houve uma contração no contingente ocupado das pessoas com até 7 anos completos de estudo, que perderam só no último ano 160 mil postos de trabalho. Ao mesmo tempo, registrou-se crescimento para os grupos mais escolarizados – 76 mil postos de trabalho a mais para aqueles com 8 a 10 anos de estudo e 690 mil para os trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo. Conforme ilustrado no gráfico 2, a evolução deste último grupo merece atenção especial, visto que é algo que destoa da evolução dos demais: a expansão desse grupo (690 mil postos de trabalho) foi maior que a registrada no total (623 mil postos). De posse dessas informações, parece lícito inferir que parte das vagas tradicionalmente ocupadas por trabalhadores com menos de 11 anos de estudo está sendo agora disputada por trabalhadores com mais escolaridade.

Outro fato importante sobre a população ocupada da PME é a forma de inserção desse contingente no mercado de trabalho. Nesse sentido, verifica-se um crescimento contínuo da população ocupada com carteira assinada (5,2%) em 2007 – gráfico 3 – e um movimento de ligeira queda da população ocupada sem carteira (–1,5%). Os dados referentes ao ano de 2007 apenas ressaltam um movimento que vem se configurando ao longo dos anos recentes, o que colabora para a queda do grau de informalidade,¹¹ pois a maior parcela dos trabalhadores “desprotegidos” é composta pelos trabalhadores sem carteira assinada.¹² Na comparação

GRÁFICO 2

Pessoas ocupadas por anos de estudo – 2007

(Em milhares)



Fonte: PME/IBGE.

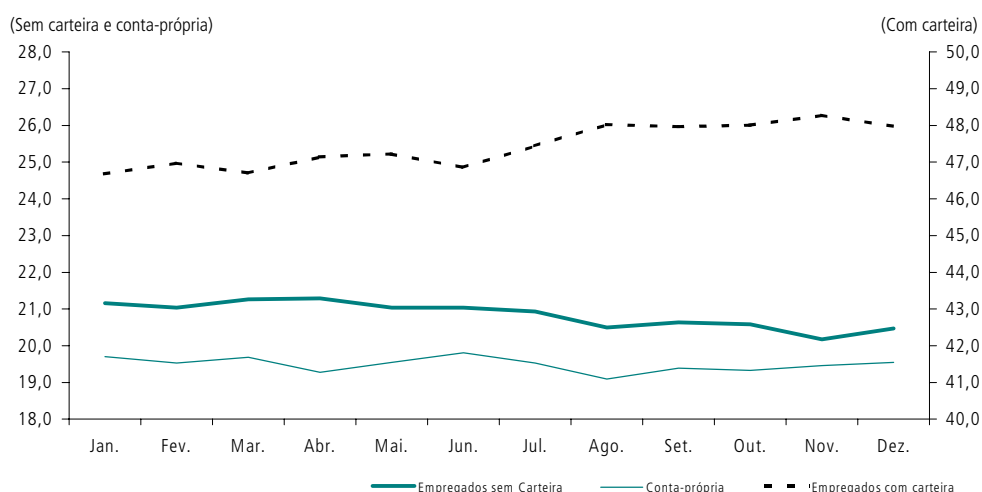
11. A informalidade nesta análise é composta pelos trabalhadores sem carteira assinada, por conta própria e não-remunerados.

12. A participação média dos trabalhadores sem carteira assinada entre os desprotegidos é de 50,8% na média do ano de 2007.

GRÁFICO 3

População ocupada por posição na ocupação – 2007

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

entre os anos de 2007 e 2006, nota-se uma redução de 0,6% no número de trabalhadores considerados informais. Essa redução só não foi maior em virtude de o trabalho autônomo ter tido um acréscimo substancial, de 4,2%, no decorrer de 2007.

Outras categorias associadas à precariedade da ocupação e passíveis de serem analisadas com os dados da PME são a dos trabalhadores subocupados¹³ e a dos sub-remunerados.¹⁴ O primeiro indicador apresenta uma queda de 10,6% em relação ao ano de 2006. Os trabalhadores sub-remunerados apresentaram uma redução acentuada após o mês de abril de 2007 em relação ao mesmo período de 2006. Devido, porém, ao desempenho do primeiro trimestre – 21,0% acima do mesmo período de 2006 –, a média anual apresentou um acréscimo de 1,9% em relação ao ano anterior. Desconsiderados os primeiros trimestres de ambos os anos, houve uma redução de 2,7% do número de trabalhadores sub-remunerados; o que é apreciável, dado o aumento real do valor do salário mínimo (SM).

3 TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO

Nos primeiros meses de 2007 a taxa de desemprego da PME apresentou uma relativa estabilidade, mas a partir do mês de junho verificou-se uma contínua e significativa redução, de tal forma, que no encerramento do ano foi estimada a menor taxa de desemprego desde o início da nova metodologia da pesquisa. É importante ter claro que essa queda ocorreu por conta do aumento do número de vagas no mercado de trabalho, refletindo o aquecimento da demanda, bem como pela queda contínua da taxa de atividade,¹⁵ evidenciando uma menor pressão do lado da oferta.

No gráfico 4 pode-se perceber que, após terem permanecido nos primeiros meses de 2007 acima dos patamares observados em 2006, a taxa de atividade mensal passou para

13. Segue-se aqui a conceituação do IBGE, que assim considera o trabalhador cujas horas trabalhadas eram inferiores a 40 horas semanais em todas as ocupações e que estava disponível para trabalhar mais.

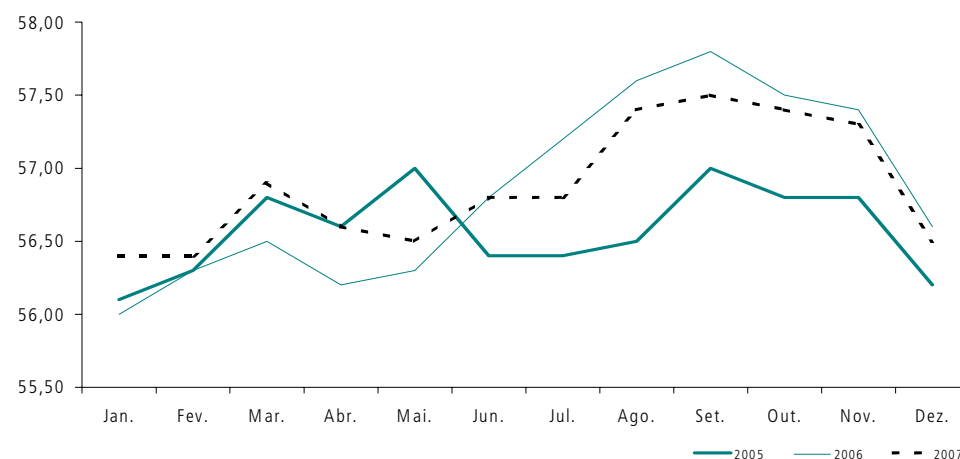
14. Aqui também é utilizada a conceituação do IBGE, que assim considera o trabalhador cuja remuneração média por hora de trabalho é inferior ao valor do SM por hora, tendo por base a jornada de trabalho oficial.

15. Taxa de participação ou taxa de atividade: percentual de pessoas economicamente ativas (PEA) em relação às pessoas em idade ativa (PIA).

GRÁFICO 4

Taxa de atividade

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

níveis inferiores aos do ano anterior a partir do segundo semestre (embora ainda se mantenha em patamares bem superiores aos vigentes durante o ano de 2005). No último trimestre observou-se uma forte redução da taxa de atividade, tal como nos anos anteriores.

Em particular, no mês de dezembro de 2007, é possível destacar que a taxa de participação caiu 0,8 ponto percentual (p.p.). Nesse mesmo período a taxa de desemprego passou de 8,2% em novembro para 7,4% em dezembro,¹⁶ fazendo com que a taxa média de desemprego em 2007 alcançasse o patamar de 9,3%. Esse valor é 0,7 p.p. menor do que o registrado para o ano de 2006.

Para fins meramente ilustrativos, vale recorrer ao contrafactual, que simula o que teria ocorrido se a taxa de atividade no mês de dezembro tivesse ficado estável em relação a novembro de 2007 (57,3%) e o nível de ocupação tivesse sido o mesmo (21,4 milhões de trabalhadores). Nesse cenário, em que só a taxa de ocupação variasse entre novembro e dezembro de 2007, a taxa de desemprego registraria 8,5%. Esse resultado é bem maior do que o observado de fato, que corresponde a um cenário em que tanto o nível de ocupação como a taxa de atividade variam. Logo, pode-se concluir que a queda na taxa de desemprego do mês de dezembro está mais relacionada à retração na oferta de trabalhadores.¹⁷ Vale ressaltar que essa conclusão não é válida apenas para o ano de 2007, podendo ser estendida para os últimos anos dessa pesquisa metropolitana, conforme sugere o gráfico 5.

Outro aspecto da taxa de participação que vale ser ressaltado é a sua evolução por gênero. A taxa de atividade feminina aumentou 0,4 p.p. na comparação entre 2007 e 2006 (em 2006 a taxa de atividade era de 48,1%, e em 2007 passou para 48,5%). Em consonância com esse comportamento, a taxa de participação dos trabalhadores que não são chefes de família – cônjuges e filhos – também vem aumentando (de 49,7% em 2006 para 50,1% em 2007).¹⁸

16. Essa redução ocorreu em todas as seis RMs cobertas pela PME, mas foi particularmente expressiva nas de Recife e Salvador, onde chegou a 1,1 p.p. e 1,4 p.p., respectivamente (no outro extremo, a diminuição na RM do Rio de Janeiro foi de 0,4 p.p.).

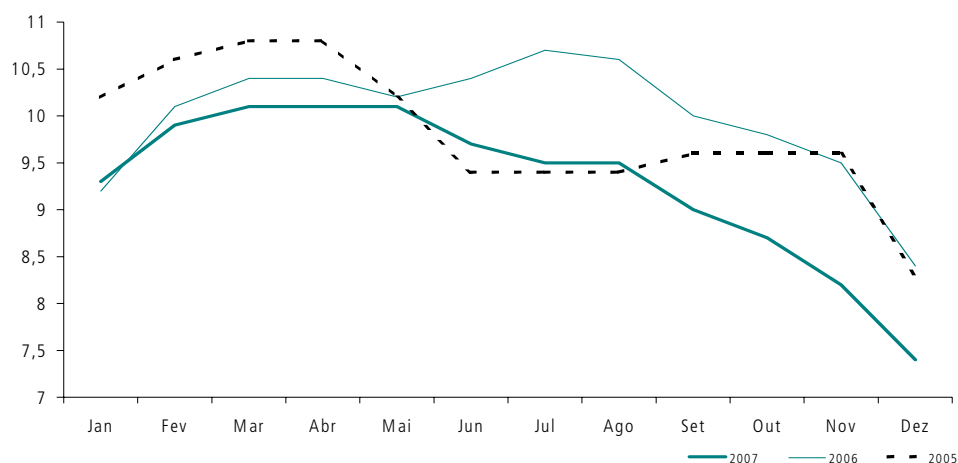
17. No mês de dezembro, foi registrada a saída de mais de 275 mil pessoas do mercado de trabalho.

18. Numa comparação entre 2003 e 2007, houve um acréscimo de 1,4 p.p. na taxa de participação dos cônjuges e filhos.

GRÁFICO 5

Taxa de desemprego

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

De modo geral, as desagregações por gênero e posição na família apresentaram reduções na taxa de desemprego quando se comparam as médias de 2007 e 2006. A taxa de desemprego por gênero mostrou decréscimos de 0,7 p.p. para os homens e de 0,6 p.p. para as mulheres. Na análise por posição na família, encontra-se redução de 0,6 p.p. para chefes de família e de 0,8 p.p. para outros membros.

No corte por faixa etária, as maiores reduções da taxa de desemprego média foram registradas para as faixas de 18 a 24 anos e de 25 a 49 anos. As reduções foram, respectivamente, de 1,2 p.p. e 0,4 p.p. Quanto ao corte por escolaridade, a tabela IV.7 do anexo estatístico revela que a taxa de desemprego médio de 2007 foi menor do que a de 2006 para todas os níveis de escolaridade.¹⁹

Os dados apresentados anteriormente nos permitem identificar o principal fator que está determinando o decréscimo na taxa de desemprego da população menos escolarizada. Novamente a taxa de atividade vem a ser o fator em questão, visto que o nível de ocupação da população mencionada também vem caindo ao longo dos anos. Essa diminuição da população ocupada e da população desocupada – e, portanto, da PEA – pode estar associada a uma transição dos indivíduos menos escolarizados para a inatividade e/ou a uma transição para um nível de qualificação mais alto.

4 RENDIMENTO

A evolução das médias anuais do rendimento real habitualmente recebido entre 2006 e 2007 mostra um ganho de 3,2%. Na realidade, isso representa a continuidade de um processo iniciado por volta de 2005, após dois anos seguidos com perdas. Na comparação entre dezembro de 2007 e dezembro de 2006, o ganho foi superior a 2,3% (ver gráfico 6).

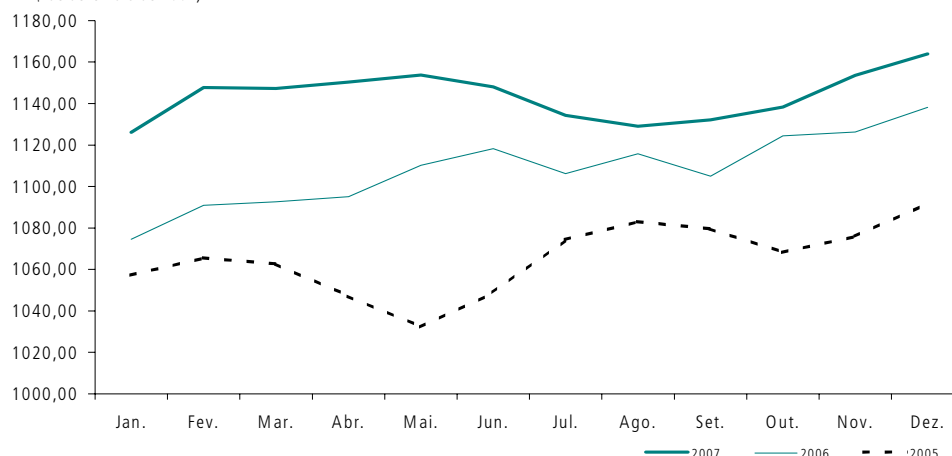
No plano regional, a evolução do rendimento habitualmente recebido entre os anos de 2006 e 2007 mostra um razoável grau de heterogeneidade. Enquanto as RMs, de São Paulo, Salvador e Recife experimentaram ganhos de 1,8%, 2,6% e 2,7%, respectivamente, na comparação das médias anuais de 2007 e 2006, a RM do Rio de Janeiro obteve um

19. Além desse fato, nota-se que a composição dos desempregados com menor e maior grau de escolaridade continua apresentando os menores índices.

GRÁFICO 6

Rendimento real habitualmente recebido

(Em R\$ de dezembro de 2007)



Fonte: PME/IBGE.

ganho bem mais significativo, 5,8%. As RMs de Belo Horizonte e Porto Alegre situaram-se em um patamar intermediário de crescimento da remuneração média anual (3,6% e 4,2%).

No último ano pode-se notar que ocorreu uma inversão na posição relativa das RMs: o Rio de Janeiro, que apresentou a menor variação na comparação das médias anuais de 2006 e 2005, mostrou recuperação em 2007. Já São Paulo percorreu o caminho inverso ao do Rio de Janeiro, pois, após obter um ganho de 5,1% em 2006 em comparação com o ano anterior, obteve a menor taxa de variação no último ano, indicando que o padrão regional do crescimento do rendimento real habitualmente recebido tem experimentado algum grau de volatilidade nos últimos anos.

A heterogeneidade na evolução do rendimento real habitualmente recebido também está presente na análise por posição na ocupação. Enquanto os trabalhadores sem carteira tiveram um aumento significativo em comparação com a média de 2006 – 8,5% –, os trabalhadores com carteira assinada tiveram um acréscimo de apenas 1,0%. O menor ganho médio do rendimento do trabalhador com carteira sugere que os novos postos gerados nesse segmento, destacados anteriormente, estariam associados a remunerações relativamente baixas.²⁰

A distribuição setorial dos rendimentos reais habitualmente recebidos, comparando-se o patamar alcançado no ano de 2007 com o verificado em 2006, mostra uma variação positiva em todos os setores pesquisados pela PME, com exceção do setor de outras atividades. Já os setores de construção (7,1%), serviços domésticos (5,3%), indústria (4,2%) e administração pública (3,9%) foram os principais responsáveis pelo desempenho positivo do rendimento, todos acima do observado para o total dos setores (3,2%). Outros serviços (3,1%) e comércio (2,3%) acompanham a recuperação, porém com menor intensidade. No setor de intermediações financeiras o crescimento foi mais modesto (0,7%), sendo o setor de outras atividades o único a apresentar uma diminuição no rendimento (-3,3%).

Os dados relativos à evolução dos rendimentos reais habitualmente recebidos por escolaridade também apresentam uma variação não desprezível. Enquanto o grupo menos

20. Esse mesmo argumento foi mencionado em nossa análise no BMT 34 sobre a evolução dos rendimentos no terceiro trimestre de 2007.

escolarizado teve seus rendimentos reais acrescidos, na média, em 4,4%, os mais escolarizados obtiveram ganhos de 2,4% para os trabalhadores com 8 a 10 anos de estudo e de apenas 1,2% para aqueles com 11 anos ou mais de estudo. Esse menor ganho relativo dos grupos mais escolarizados pode ser explicado pelo significativo avanço da oferta de trabalhadores nesses grupos.

Por fim, cabe um breve comentário sobre como a performance do mercado de trabalho – que, em alguma medida, foi influenciada pelo nível de atividade econômica – pode vir a rebater na esfera macroeconômica. Talvez o melhor indicador para isso seja a evolução da massa salarial, que registra um aumento de 6,25% na comparação das médias de 2007 e 2006. Portanto, é de esperar que o desempenho do mercado de trabalho continue contribuindo para alimentar a demanda interna e, assim, ajudar a manter o bom desempenho do nível de atividade.

NOTAS TÉCNICAS

“ATIVACÃO” – O ATUAL RUMO DA POLÍTICA SOCIAL PARA O TRABALHO NO MUNDO

Marcelo Almeida de Britto

A ESCOLARIDADE DOS PAIS E OS RETORNOS À EDUCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Lauro Ramos

Maurício Cortez Reis

UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Carlos Henrique Corseuil

“ATIVAÇÃO” – O ATUAL RUMO DA POLÍTICA SOCIAL PARA O TRABALHO NO MUNDO

Marcelo Almeida de Britto*

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, a literatura versada em política social muito tem enfatizado o exame dos chamados programas de transferência de renda condicionada – ou *conditional cash transfer* (CCT) –, aplicados com relativo sucesso na América Latina. Evidentemente é compreensível que haja esse interesse, não só pelo destaque que o Bolsa Família tem assumido na realidade brasileira, como também pelo entendimento de que o restante da América Latina espelha melhor a realidade brasileira, pela proximidade histórica, cultural e socioeconômica, do que outras regiões do mundo. Forja-se já um esboço de consenso que implica serem os referidos programas os mais efetivos no objetivo de focalização.

Não reduzindo a importância de tais estudos, sugerimos que também nos países do primeiro mundo – em particular na União Européia – estão ocorrendo importantes transformações na forma como as ações do Estado nas áreas social e do trabalho são percebidas. Não se pode considerar, portanto, que as políticas públicas de trabalho e renda de vanguarda, em voga na atualidade, sejam mera continuação daquelas dos anos 1980.

A perspectiva desta nota técnica admite que, assim como em toda generalização, corre-se o risco de obliterarem-se particularidades com indubitável força explicativa. Não obstante, os indícios de princípios de força geral são muito fortes para serem ignorados.

O artigo segue no intento de uma compreensão do que seriam as características gerais dessa nova política e de como ela efetivamente é um passo à frente em relação aos CCTs, por contemplar a reinserção através do trabalho de grupos sociais antes excluídos, no bojo de um efetivo “Estado de investimento social”.

2 A TIPOLOGIA DE ESPING-ANDERSEN E OS TRÊS CASOS PARADIGMÁTICOS

Há três modelos básicos de Estado de bem-estar: o universalista, o corporativista e o residual. O primeiro tem como paradigma o sistema sueco. Financiado majoritariamente por tributos, distingue-se por estender sua cobertura a todos indistintamente e com uma relativa homogeneidade dos produtos sociais em todos os setores – pensões, educação, saúde, trabalho etc. O segundo associa-se aos países da Europa Continental, como França e Alemanha. Seu financiamento é, em grande medida, provido por meio de contribuições, e vem daí seu caráter corporativista. O residual é exemplarmente o caso americano e, cada vez mais, o britânico. Possui como principal característica a oferta privada de bens e serviços, embora não prescindir inteiramente do financiamento e da oferta públicos. Não se pode falar em nenhum caso na existência de um sistema “puro”, seja em que país for. Tem-se assim, por exemplo, a França com um sistema educacional quase inteiramente universalista e os Estados Unidos – conhecidos pela pujança de suas universidades privadas – com educação de primeiro e segundo grau majoritariamente pública.

* Pesquisador da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea.

Apresentam-se aqui três países exemplares dos três paradigmas de Esping-Andersen (1991), analisados segundo a perspectiva de sua política de emprego – Suécia, Alemanha e Reino Unido. Entre os países da União Européia, a Suécia e a Grã-Bretanha são os mais próximos a uma situação de pleno emprego, ao passo que a Alemanha se vê diante de uma significativa taxa de desemprego, sofrendo ainda as consequências de sua unificação e sujeita a uma estagnação endêmica. Essa perspectiva é interessante por diversos motivos. Primeiro, porque mostra o sucesso relativo de dois paradigmas opostos, o que oferece ao estudioso do mercado de trabalho a visão da relatividade de cada instrumento de políticas públicas. Demonstra também que, a despeito da tentativa de construir um mercado comum, as realidades nacionais continuam a ter uma importância crucial nos desempenhos da economia de cada país.

Dos três países, a Suécia é aquele em que o objetivo do pleno emprego sempre foi mais avidamente perseguido. Até 1992, o país contava com uma política de promoção deliberada de pleno emprego através do fomento de “emprego público”. Cumpre dizer que essa modalidade de emprego tinha caráter temporário e se concentrava na promoção do aperfeiçoamento dos serviços sociais que celebrizaram o Estado social sueco. A política tinha um duplo viés. De um lado, gerava-se um incentivo permanente ao trabalho, contrariando a crítica que assevera ser o modelo universalista um incentivo ao ócio (bem) remunerado. De outro lado, aumentava-se a oferta de mão-de-obra para creches, asilos e trabalho social voluntário. Esping-Andersen *et al.* (2002) afirmam serem os países escandinavos e os Estados Unidos, entre os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aqueles com as maiores taxas de participação da mão-de-obra feminina, chegando próximo aos 80%.

Dado que o Estado social alemão funda-se em larga medida em contribuições, o sistema de proteção se fragiliza em um contexto de desemprego significativo e permanente. Na Alemanha é forte a preocupação com a estagnação da economia do país, reforçada por um processo de reunificação nacional feito açodadamente e agravada pela transição ao uso da moeda comum, o euro. Os altos salários e os elevados prêmios da proteção social alemã são apontados como responsáveis pela estagnação econômica e pelas elevadas taxas de desemprego. A “globalização” e a competição com países de baixos salários, como a China, também teriam elevada influência sobre a estagnação. Em suma, o desemprego alemão – assim como o francês, o espanhol e outros do paradigma corporativista – é referido com a denominação genérica de “euroesclerose”, uma doença crônica do capitalismo europeu.

3 DA GRÃ-BRETANHA À EUROPA CONTINENTAL – AINDA UM LONGO PERCURSO

O marco para a evolução em análise foi a eleição do ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair e sua proposta apresentada como “Terceira Via”. O projeto para o mercado de trabalho do “novo trabalhismo” era o carro-chefe da política social do governo que então tomava posse. O ponto mais emblemático do seu projeto possui a denominação *make work pay*, sob inspiração da política social apresentada pelo presidente norte-americano Bill Clinton em sua posse.

O então novo enfoque dos trabalhistas admitia – embora não tão explicitamente – a responsabilidade da sociedade em prover o emprego para os excluídos, porém incluía um componente diferente dos programas social-democratas tradicionais ao apelar à responsabilidade do indivíduo pelo seu bem-estar. A base da política não era mais o mercado auto-ajustável,

tampouco a criação de um benefício sem a contrapartida do receptor. No novo modelo, o beneficiário passava a ter de mostrar que ele não deseja “permanecer à sombra do Estado” e se vê obrigado a se empenhar pela sua incorporação ao mercado de trabalho, sob pena de ser excluído de qualquer transferência pública. À cenoura dos benefícios compensatórios ao desemprego somava-se o chicote da contraprestação, fosse ela vinculada à necessidade de o indivíduo se matricular em cursos de reciclagem profissional, fosse ela vinculada à aceitação de um trabalho que, no limite, poderia estar abaixo da sua qualificação.

A idéia é muito simples: para os formuladores e executores do *make work pay*, os antigos beneficiários dos programas de seguro-desemprego, renda mínima e até mesmo alguns grupos de aposentados (no caso de aposentadoria precoce) devem ser antes incentivados à volta ao trabalho. Os formuladores desse plano, que sugestivamente foi denominado *New Deal*, asseveram que os pobres “em risco de desemprego” estão sujeitos a ficarem presos em uma “armadilha de pobreza”, em que viver das transferências públicas é mais vantajoso que procurar emprego. “Fazer o trabalho pagar” tem, na verdade, duas acepções. A primeira e mais evidente é a de que o trabalho passe a pagar o dispêndio da seguridade social, lembrando a conhecida sentença popularizada pelo economista Milton Friedman – *There’s no such thing as a free lunch*. A segunda acepção liga-se ao intento de – via créditos tributários – fazer com que os baixos salários sejam mais compensadores do que a inatividade.

É inegável que tal movimento vai de encontro a uma opção de política pública praticada anteriormente por um grupo importante de países. Nos anos 1980 e 1990, a Europa Continental se utilizou em larga medida da redução das jornadas de trabalho como política para se evitar o desemprego. É de conhecimento amplo a redução das horas trabalhadas por semana promovida na França pelo governo Mitterrand. Na Alemanha, as negociações tripartites entre os poderosos sindicatos, o governo e as empresas sempre apontaram para redução de jornada de trabalho e realização de férias coletivas como alternativas para diminuir o montante salarial pago, por meio de menos horas trabalhadas por pessoa em troca de menos demissões e manutenção na relação salário/hora. Também são importantes o amplo recurso à aposentadoria precoce e o retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho como instrumentos para “reduzir a pressão” sobre os empregos.

Esse modelo se mostrou extremamente inadequado, tanto para resolver o problema do desemprego quanto para atenuar as pressões sofridas pelo Estado de bem-estar. De fato, o componente mais agudo a revelar pressão sobre as contas públicas – as transferências governamentais – tende a aprofundar seus efeitos deletérios com a redução do período trabalhado e o aumento no número de pensões por aposentadoria precoce e subsídios para aumentar o tempo de estudo dos jovens. Como o tipo de Estado providência em pauta é o corporativo, é das contribuições que advém a maior parte dos recursos para as transferências, significando que a própria ação governamental concorre para uma deterioração da relação contribuintes/beneficiados. As elevadas taxas de desemprego nesses países permanecem sendo um problema crônico de suas economias.

Como consequência há um movimento recente, ainda que tímido, na França e na Alemanha, de se adotarem características importantes do modelo britânico. Entretanto, no que se refere ao respaldo político, como bem demonstraram os protestos contra as reformas na França e a queda do governo social-democrata na Alemanha, há dúvidas sérias sobre a viabilidade de a Europa Continental adotar o modelo britânico.

4 O ESTADO DE INVESTIMENTO SOCIAL E A ESTRATÉGIA DE LISBOA

O desenho da concepção desse tipo de política pública para o trabalho começou a definir-se a partir da segunda metade dos anos 1990, e a literatura o denomina “Estado de investimento social”.

A concepção do Estado do investimento social é um desdobramento do *make work pay*. O sentido que o próprio título carrega é o de transformar o Estado em um instrumento de crescimento econômico, na medida em que os recursos aplicados em política social devem ser direcionados prioritariamente a fornecer meios pelos quais possa haver melhoras materiais significativas no futuro. Nesse aspecto, a priorização do investimento na infância é um intento multiplicador na utilização dos recursos. Uma atenção maior às gerações futuras não se deve apenas a um altruísmo das gerações presentes. Serão as futuras gerações que garantirão uma produtividade no trabalho e uma afluência econômica suficientes para sustentar as pensões do futuro, tendo em vista a ameaça que traz um possível aprofundamento do desequilíbrio da relação contribuições/benefícios. Outra característica importante desse Estado é a ênfase em criar indivíduos superqualificados, que possam trafegar através das fronteiras dos diversos Estados nacionais, com altos ganhos. Isso implica multiplicar o investimento em recursos humanos, especialmente nas pessoas que os possam aproveitar com elevado retorno. “This new model of welfare, however, is not necessarily without negative effects; the Social Investment State leaves many groups without protection [...]” (DUFOR; MORRISON, 2005).

Em março de 2000, o Conselho Europeu extraordinário realizou um encontro especial em Lisboa em que foram estabelecidas ambiciosas metas econômicas e sociais. Seu objetivo declarado era possibilitar à União Européia “to become the most competitive and dynamic knowledge-based economy in the world, capable of sustainable economic growth with more and better jobs and greater social cohesion”. Para atingir esses objetivos, propunha-se uma reforma no modelo social europeu que priorizasse:

Investing in people and developing an active and dynamic welfare state will be crucial both to Europe’s place in the knowledge economy and for ensuring that the emergence of this new economy does not compound the existing social problems of unemployment, social exclusion and poverty (ESPING-ANDERSEN et al., 2002).

Há o reconhecimento de que a política social deve promover a capacidade individual dos cidadãos para responder aos desafios de uma nova “economia do conhecimento”. Porém, há uma crítica velada ao viés puramente economicista, que desconsidera a função social do Estado. Como bem afirmou o ministro belga de Assuntos Sociais e Pensões da época, os participantes do colóquio propugnavam não um Estado de investimento social, mas sim um “Estado de bem-estar ativo”. Desse modo, a estratégia de Lisboa considera pilares fundamentais de sua política pública, além da ênfase na “ativação” do indivíduo, a prioridade do investimento na criança, a promoção do trabalho feminino e a rejeição às aposentadorias precoces. Todas as quatro políticas sugeridas possuem relação com a promoção do trabalho – de mais trabalho. A menos óbvia para um público não afeto ao assunto da política social seria a prioridade à infância. Sen (2000) afirma que os países mais pobres com mão-de-obra abundante podem combater os efeitos deletérios da pobreza incentivando programas sociais em educação e saúde, pois tais programas são trabalho-intensivos. Uma atenção maior à criança e o incentivo ao trabalho feminino implicam um sistema de creches e escolas maior e mais pujante, com o emprego de um maior contingente de pessoas, como bem exemplifica o modelo sueco de Estado de bem-estar.

5 CONCLUSÃO

Todos os caminhos da política social moderna nos levam à promoção do trabalho como força motriz do aumento da capacidade humana e do bem-estar. Não deixa de ser isso uma grande ironia, tendo em vista ser muito forte – especialmente em uma literatura européia continental dos anos 1970 e 1980 – uma impressão generalizada de que o trabalho estaria condenado a desaparecer, substituído pela automação.

De fato, o trabalho é a essência de uma política social moderna porque ele é o elo de ligação de cada ser humano à vida em sociedade. Marx usa a terminologia “trabalho social” para designar uma sociedade em que os frutos do trabalho são apropriados socialmente. O ser humano necessita sentir-se útil, participar do todo social. Nenhuma política social pode ignorar isso, sob pena de falhar em seu intento primordial, que é, muito além de distribuir renda, o de promover maior sociabilidade e bem-estar entre os indivíduos. Sob esse ponto de vista, as frentes de trabalho – agora esquecidas no tempo – são um programa bem mais moderno e eficiente que os CCTs.

REFERÊNCIAS

DUFOUR, P.; MORRISON, I. The state of the social investment state in the field of employment policy. *Canadian Journal of Career Development*, v. 4, n. 1, Special Issue – Welfare to Work. Montreal, 2005.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n. 24, São Paulo, Cedec, 1991.

ESPING-ANDERSEN, G.; GALLIE, D.; HEMERICK, A.; MYLES, J. *Why we need a New Welfare State*. New York: Oxford University Press Inc., 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A ESCOLARIDADE DOS PAIS E OS RETORNOS À EDUCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Lauro Ramos*

Maurício Cortez Reis**

1 INTRODUÇÃO

O conjunto de evidências empíricas apresentadas por Ferreira e Veloso (2003) mostra que o nível de escolaridade dos indivíduos no Brasil apresenta um grau elevado de persistência entre as gerações. Indivíduos com pais mais escolarizados têm um nível médio de escolaridade bem superior ao dos trabalhadores com pais pouco educados, indicando uma limitada mobilidade educacional. Lam e Schoeni (1993) também apresentam evidências de que o nível de educação dos pais tem influência direta sobre os rendimentos dos filhos no mercado de trabalho, mesmo controlando para uma série de características sociodemográficas desses últimos. Estes dois efeitos contribuem para que os rendimentos tenham alta persistência entre gerações (FERREIRA; VELOSO, 2006).

O objetivo desta nota é mostrar que não apenas a mobilidade educacional e de rendimentos é baixa, mas também que o diferencial de rendimentos de filhos de pais com educação mais elevada em relação a filhos cujos pais tiveram baixo nível de educação depende, positivamente, dos anos de estudo do trabalhador. Ou seja, quando comparados dois indivíduos com a mesma escolaridade, para cada ano adicional de estudo o diferencial de rendimentos tende a aumentar se os pais desses trabalhadores alcançaram níveis melhores de escolaridade, o que significa dizer que os retornos da educação crescem de acordo com a escolaridade dos pais. Com isso, a estrutura educacional da família pode desempenhar um papel importante para a determinação da desigualdade de rendimentos no Brasil, assim como para sua persistência ao longo do tempo.

Esta nota é composta de três seções, além desta introdução. Na seção 2, é apresentada uma análise descritiva dos dados; na seção seguinte mostram-se os resultados empíricos; e na seção 4 encontram-se as principais conclusões.

2 DADOS

A análise empírica utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse ano, a pesquisa incluiu um suplemento especial com informações sobre as características dos pais, entre elas, o nível de instrução. A amostra é restrita aos indivíduos ocupados e com rendimentos do trabalho positivos, com idade entre 25 e 45 anos¹ e que trabalharam 20 horas ou mais na semana de referência. Com isso, a amostra final é composta por mais de 40 mil observações.

* Coordenador do Boletim Mercado de Trabalho.

** Pesquisador da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea.

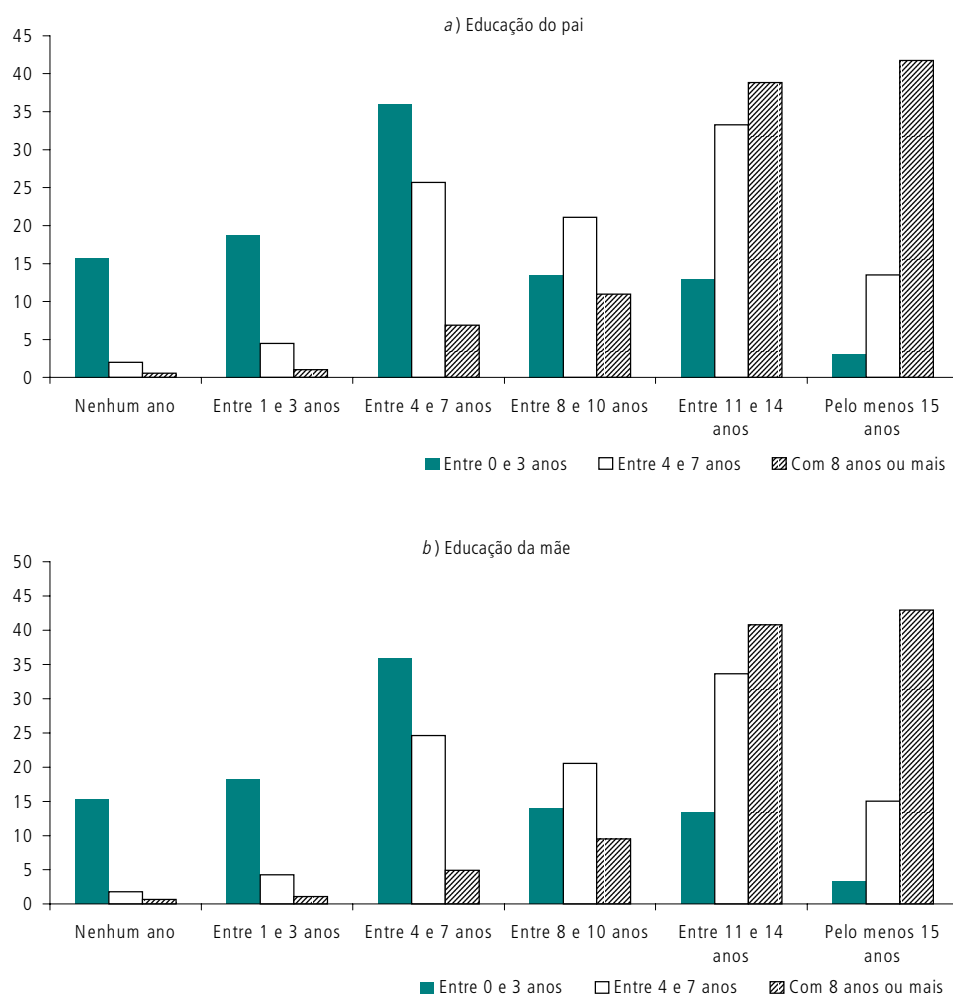
1. O propósito de estabelecer esses limites etários é analisar indivíduos que muito provavelmente já completaram seu ciclo educacional e minimizar a heterogeneidade da informação sobre a educação dos pais, uma vez que os dados dizem respeito a períodos de tempo distintos.

O gráfico 1 apresenta a distribuição educacional dos indivíduos na amostra condicionada à escolaridade dos pais. Percebe-se claramente que o nível educacional é muito maior no caso de pessoas cujo pai ou mãe alcançaram um nível de escolaridade mais elevado. Os dados revelam que 35% dos indivíduos com pais que não completaram o primário (menos de 4 anos de estudo) também possuem menos de 4 anos de escolaridade, e apenas 3% têm curso superior completo. Para os trabalhadores cujos pais alcançaram entre 4 e 7 anos de estudo, apenas 6,5% não possuem pelo menos o (antigo) primário completo, e 14% têm curso superior. Já entre aqueles cujos pais chegaram a pelo menos 8 anos completos de estudo, apenas 1,5% não conseguiram completar o primário, enquanto a proporção dos que obtiveram curso superior é de 42%.

O gráfico 2 mostra as médias dos rendimentos do trabalho por escolaridade para indivíduos nos três diferentes grupos educacionais dos pais, conforme a classificação citada anteriormente. Fica claro que, comparando-se indivíduos com o mesmo grau de instrução, a média de rendimentos aumenta de acordo com o nível de educação dos pais, com exceção apenas dos trabalhadores com escolaridade entre 4 e 7 anos, como mostra o gráfico 2b. Para trabalhadores com 15 anos ou mais de escolaridade, por exemplo, a diferença entre os

GRÁFICO 1

Distribuição educacional dos indivíduos ocupados de acordo com o nível de escolaridade dos seus pais



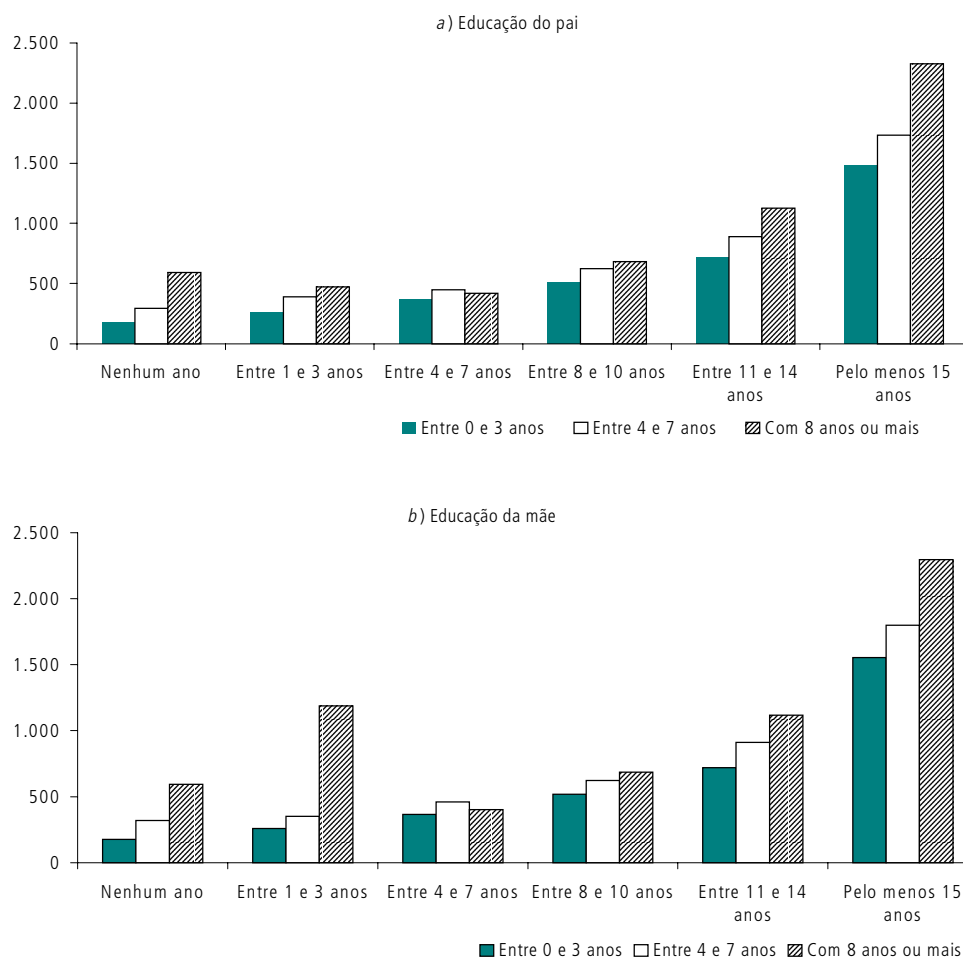
Fonte: Pnad de 1996 para trabalhadores com idade entre 25 e 45 anos.

rendimentos daqueles com pais que estudaram entre 4 e 7 anos em relação aos indivíduos com pais que não chegaram a completar 4 anos de estudo é de 17%, de acordo com o gráfico 2a. No mesmo grupo de escolaridade, comparando-se aqueles com pais que estudaram pelo menos 8 anos completos com os indivíduos cujos pais estudaram 3 anos ou menos, a diferença entre os rendimentos é de 58%.

Portanto, a análise descritiva indica que o nível de escolaridade dos trabalhadores está bastante associado ao nível educacional dos pais. Além disso, mesmo quando se comparam indivíduos com escolaridade semelhante, os rendimentos são mais elevados para aqueles com pais mais educados.

GRÁFICO 2

Rendimento médio do trabalho de acordo com o nível de escolaridade dos pais



3 RESULTADOS

A análise empírica adotada nesta nota consiste em estimar regressões de rendimentos que incluem interações entre os níveis de escolaridade dos indivíduos e de seus pais. Consideramos nas estimações que o nível educacional dos pais pode influenciar o desempenho dos filhos no mercado de trabalho tanto através de um efeito direto, captado por mudanças no intercepto, quanto através de diferenças nos retornos à educação. Ou seja, um ano adicional de estudo pode ter impacto diferente sobre os rendimentos do indivíduo, dependendo do

nível de escolaridade de seus pais. Para captar esse último efeito, introduzimos interações entre a escolaridade do trabalhador e a escolaridade dos pais.

A tabela 1 apresenta os resultados de regressões mincerianas em que são utilizadas informações sobre o nível educacional dos pais. Na coluna (1) incluiu-se apenas a educação,

TABELA 1

Regressões mincerianas usando a escolaridade dos pais

Variável dependente: log dos rendimentos do trabalho principal

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Escolaridade	0,123 [123.43]***	0,110 [97.61]***	0,110 [97.63]***	0,103 [75.06]***	0,103 [77.25]***
Escolaridade do pai entre 4 e 7 anos		0,123 [11.54]***		0,050 [2.08]**	
Escolaridade do pai $\geq$ a 8 anos		0,374 [24.36]***		-0,179 [3.52]***	
Escolaridade da mãe entre 4 e 7 anos			0,145 [13.52]***		0,046 [1.91]*
Escolaridade da mãe $\geq$ a 8 anos			0,384 [23.92]***		-0,131 [2.28]**
Escolaridade <i>versus</i> escolaridade do pai entre 4 e 7 anos				0,011 [4.17]***	
Escolaridade <i>versus</i> escolaridade do pai $\geq$ a 8 anos				0,049 [11.76]***	
Escolaridade <i>versus</i> escolaridade da mãe entre 4 e 7 anos					0,013 [5.08]***
Escolaridade <i>versus</i> escolaridade da mãe $\geq$ a 8 anos					0,045 [9.77]***
Idade	0,044 [4.92]***	0,047 [5.29]***	0,044 [5.04]***	0,045 [5.07]***	0,042 [4.79]***
Idade ² (/100)	-0,030 [2.58]***	-0,040 [2.85]***	-0,030 [2.58]**	-0,030 [2.69]***	-0,030 [2.39]**
Urbano	0,362 [30.00]***	0,354 [29.48]***	0,358 [29.84]***	0,369 [30.52]***	0,371 [30.75]***
Mulher	-0,620 [72.73]***	-0,617 [73.31]***	-0,616 [73.16]***	-0,615 [73.25]***	-0,617 [73.33]***
Negro	-0,209 [22.69]***	-0,195 [21.26]***	-0,190 [20.68]***	-0,193 [21.04]***	-0,190 [20.65]***
Constante	3,936 [25.69]***	3,901 [25.72]***	3,930 [25.93]***	3,979 [26.29]***	4,011 [26.51]***
Número de observações	38.129	38.129	38.129	38.129	38.129
R ²	0,52	0,53	0,53	0,53	0,53

Fonte: Pnad de 1996 para trabalhadores com idade entre 25 e 45 anos.

Todas as regressões incluem *dummies* para regiões.

Os erros-padrão robustos são apresentados entre colchetes.

* significativo a 10%.

** significativo a 5%.

*** significativo a 1%.

em anos de estudo, além dos controles para idade, gênero, raça e as *dummies* para região e residência em área urbana. O resultado com essa especificação indica que os rendimentos aumentam cerca de 13% para cada ano adicional de estudo.

Na coluna (2) introduziram-se variáveis *dummies* para o nível de escolaridade do pai. Nesse caso, o coeficiente correspondente aos anos de escolaridade do indivíduo é reduzido em relação ao resultado da coluna (1), passando de 13% para 11,5%. Indivíduos cujos pais alcançaram entre 4 e 7 anos de estudo recebem, em média, rendimentos 12,1% maiores do que os trabalhadores cujos pais não chegaram a completar 4 anos de estudo. Já para os indivíduos cujos pais têm escolaridade de 8 anos ou mais, o diferencial de rendimentos em relação ao grupo com pais pouco escolarizados (menos de 4 anos) é de 37%. Isso, controlando para todos os outros fatores incluídos na regressão, inclusive a escolaridade do próprio trabalhador.

Na coluna (3), foram incluídas *dummies* para a escolaridade da mãe, em vez da escolaridade do pai. Os resultados estimados são bastante semelhantes aos encontrados na coluna (2). Uma pequena diferença pode ser notada: o impacto da escolaridade da mãe sobre os rendimentos é ligeiramente maior do que o apresentado pela escolaridade do pai, principalmente no caso das mães com escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo.

Nas equações das colunas (4) e (5), estão incluídas, além dos anos de escolaridade do indivíduo e de *dummies* para a escolaridade dos pais, interações entre os anos de escolaridade e o nível de educação dos pais. Na coluna (4), é utilizada a escolaridade do pai, enquanto a coluna (5) reporta os resultados usando a escolaridade da mãe. O retorno da escolaridade, isto é, o coeficiente correspondente aos anos de estudo do indivíduo, diminui um pouco em ambos os casos, passando para 10,7%. As *dummies* para escolaridade do pai se reduzem substancialmente, com a *dummy* para pais mais escolarizados (com 8 anos de estudo ou mais) passando a ficar negativa.² Os resultados das variáveis interativas, entretanto, mostram que para cada ano adicional de estudo os rendimentos aumentam substancialmente mais quando o trabalhador tem pais com um nível educacional mais elevado. Cada ano a mais de estudo faz com que os rendimentos de indivíduos cujos pais tenham entre 4 e 7 anos de estudo aumentem 1,2% em relação aos ganhos de indivíduos com pais pouco escolarizados. Comparando-se trabalhadores com pais mais educados (8 anos ou mais de estudo) com indivíduos cujos pais têm educação mais baixa (menos de 4 anos), cada ano de escolaridade leva a um aumento dos rendimentos para o primeiro grupo 4,8% superior, em relação aos indivíduos do segundo grupo. Essas constatações são basicamente as mesmas quando se utiliza a escolaridade do pai ou a da mãe.

4 CONCLUSÃO

Evidências empíricas mostram que as diferenças educacionais no Brasil tendem a ser transmitidas de uma geração para outra, contribuindo assim para uma persistência dos níveis de rendimento das famílias (FERREIRA; VELOSO, 2006). Os resultados apresentados nesta nota mostram que, além da pouca mobilidade educacional, outra forma de contribuir para a persistência de rendimentos via escolaridade é a diferença de retornos da educação segundo a escolaridade dos pais.

2. Na verdade isso deve ser interpretado como uma evidência a mais da importância das interações *vis-à-vis* o puro deslocamento associado às *dummies*.

De acordo com os resultados estimados, o diferencial de rendimentos entre dois trabalhadores com 6 anos de escolaridade, o primeiro com pais que alcançaram 8 ou mais anos de estudo e o segundo com pais que chegaram a 3 anos de estudo ou menos, é de aproximadamente 12%. No entanto, caso os dois trabalhadores citados possuísem 15 anos de escolaridade, o diferencial estimado seria de aproximadamente 56%.

Essas diferenças nos retornos da escolaridade conforme a educação dos pais têm um papel potencialmente importante no processo de transmissão da desigualdade de rendimentos entre as gerações. Uma investigação mais detalhada desse mecanismo, portanto, impõe-se como prioridade numa agenda de pesquisa, de forma a mensurar a extensão do impacto da escolaridade e vislumbrar estratégias e procedimentos que diminuam as disparidades nos retornos e propiciem efeitos distributivos mais positivos dos progressos educacionais.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, S.; VELOSO, F. A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 33, p. 481-513, 2003.

———. Intergenerational mobility of wages in Brazil. *Brazilian Review of Econometrics*, v. 26, n. 2, p. 181-212, 2006.

LAM, D.; SCHOENI, R. F. Effects of family background on earnings and returns to schooling: evidence from Brazil. *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 4, p. 710-740, Aug. 1993.

UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Carlos Henrique Corseuil*

1 INTRODUÇÃO

A prática de mudanças organizacionais no interior das firmas vem recebendo atenção crescente dos economistas nos últimos anos, em particular no que diz respeito ao impacto sobre o desempenho das firmas e sobre o bem-estar dos trabalhadores. O maior interesse pelo tema se justifica pela crença generalizada em um aumento significativo na incidência desse tipo de mudanças nos últimos anos.¹ Osterman (2000) documenta várias estimativas, relacionadas principalmente aos Estados Unidos, que atestam uma alta incidência dessas práticas nos anos 1990. Além disso, o autor mostra uma significativa evolução dessa incidência entre 1992 e 1995.

Com raras exceções, as evidências disponíveis na literatura internacional padecem de duas limitações. Primeiro, baseiam-se em amostras não representativas dos respectivos países onde os dados foram coletados ou, sequer, de determinados setores de atividade. A outra limitação se refere à natureza dicotômica da informação disponível, que, embora possibilite uma análise de incidência, impede uma análise da intensidade das mudanças organizacionais. A escassa literatura desse tema voltada para o Brasil sofre das mesmas limitações (NETO; FILHO, 2000).

Nesta nota, analisaremos a intensidade das mudanças organizacionais nos estabelecimentos produtivos brasileiros, entre 1994 e 2001. Para isso, nos baseamos em novas medidas de mudanças organizacionais. Além de permitirem inferir algo sobre a intensidade desse processo, nossas medidas podem ser aplicadas nos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, o que torna nossos resultados abrangentes e representativos tanto em termos geográficos, como em setor de atividade.

Além de uma primeira análise agregada, também será analisado o padrão desse fenômeno de acordo com algumas características dos estabelecimentos, tais como setor de atividade, tamanho e idade. Nesse segundo exercício, procuramos, de forma exploratória, apontar alguns possíveis fatores que podem estar relacionados com uma propensão maior de o estabelecimento mudar sua estrutura organizacional.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Serão utilizadas duas medidas alternativas de mudanças organizacionais, cujos conceitos são expressos de forma intuitiva a seguir e definidos com mais rigor no apêndice:²

* Pesquisador da Diretoria de Estudos Sociais do Ipea.

1. Em geral, o termo mudanças organizacionais é associado à introdução de novas práticas produtivas com implicações para a divisão de trabalho. As práticas mais comuns de serem documentadas referem-se às mudanças do grau de hierarquização de uma firma, da alocação do poder de decisão entre os diferentes níveis hierárquicos bem como da formação de equipes. O conjunto dessas e outras práticas modernas é identificado por diversos nomes, tais como *High Power Workers Organization*, ou *Flexible Workplace System*, ou *Innovative Human Resource Practices*.

2. Uma discussão mais profunda sobre os fundamentos dos conceitos apresentados pode ser vista em Corseuil (2008).

- conceito 1: soma dos postos de trabalho criados em categorias ocupacionais antes inexistentes com os postos destruídos em categorias ocupacionais extintas no estabelecimento;
- conceito 2: duas vezes o mínimo entre os números de postos de trabalho criados e destruídos. Ou seja, quando um estabelecimento cria e destrói simultaneamente postos de trabalho de ocupações distintas, é computada a parcela de postos realocados que não altera o total de empregados no estabelecimento.³

A título de ilustração, considere o seguinte exemplo a partir da evolução da estrutura ocupacional de um estabelecimento hipotético. Este estabelecimento empregava, no final do ano t , quatro balconistas, um cozinheiro e um caixa. Já no final do ano $t + 1$, esse mesmo estabelecimento empregava três balconistas, um cozinheiro, um auxiliar de cozinha, um caixa e um entregador.

Para computar, em relação a este caso, as medidas de mudança organizacional, propostas, com base nos conceitos citados anteriormente, é necessário ter em mente os seguintes cálculos intermediários: foram criados em $t + 1$ dois postos de trabalho em categorias não existentes em t (auxiliar de cozinha e entregador); não foi criado nenhum posto de trabalho em ocupações já existentes; foi destruído um posto de trabalho em categoria que permaneceu ativa com trabalhadores empregados (balconista); não foi destruído nenhum posto de trabalho em categoria ocupacional que tenha sido extinta (visto que todas as categorias empregadas em t permaneceram ativas em $t + 1$). Assim, o total de postos criados entre t e $t + 1$ no estabelecimento foi de dois postos, enquanto o total de postos destruídos foi de um.

As medidas baseiam-se nos conceitos acima, mas são padronizadas pelo emprego médio no estabelecimento entre t e $t + 1$. Dessa forma, temos para esse estabelecimento:

$$\text{medida 1 (mo1)} = 2 / 6,5$$

$$\text{medida 2 (mo2)} = 2 \cdot \min\{2; 1\} \cdot 2 / (7 + 6) = 2 / 6,5$$

Note-se que, para computar tais medidas, é necessário ter informações longitudinais referentes ao estoque de empregados em cada categoria ocupacional no estabelecimento. Os microdados da Rais atendem essa condição e foram, portanto, a fonte de informação deste artigo. Usamos o período compreendido entre os anos de 1994 e 2001, uma vez que a classificação utilizada pela Rais para categoria ocupacional sofreu alterações tanto em 1994 como em 2002. As categorias ocupacionais empregadas nos nossos cálculos correspondem àquelas da CBO94 definidas com três dígitos.

3 RESULTADOS DE INTENSIDADE DAS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS

A maior vantagem das medidas aqui usadas é a possibilidade de se analisar a intensidade das mudanças organizacionais. A tabela 1 mostra isso de forma agregada e por grandes setores. Por motivos operacionais, restringimos nosso universo a três deles: indústria, comércio e serviços.⁴

A primeira das medidas registra mudanças organizacionais da ordem de 16,9%, ou seja, os postos de trabalho atingidos por esse fenômeno correspondem, em média, a quase 17% do total. Embora não tenhamos evidências comparáveis de outros países, parece-nos

3. Um conceito similar foi proposto de forma independente em Ribeiro (2007).

4. Excluímos, portanto, os seguintes setores: construção, agricultura, atividades do setor público e serviços industriais de utilidade pública (Siup).

TABELA 1

Mudanças organizacionais (intensidade)

	mo 1	mo 2
Agregado	16,9	18,6
Indústria	14,1	17,3
Comércio	22,0	21,4
Serviço	16,1	18,0

Nota: elaborado a partir dos microdados da Rais 1994-2001.

que tal magnitude pode ser considerada elevada. A segunda medida reforça essa impressão ao atingir 18,6%.⁵

A análise por grandes setores de atividade revela que os números referentes ao comércio destoam daqueles obtidos pela indústria e serviços. Enquanto os últimos apresentam números ligeiramente abaixo da média, o setor de comércio supera consideravelmente a média, em particular na primeira medida, alcançando 22%. Outra particularidade desse setor é ser o único cujo valor registrado para a primeira medida supera o da segunda; ou seja, nos estabelecimentos comerciais, as mudanças organizacionais são menos determinadas por realocação interna de postos entre ocupações e mais pelo surgimento (desuso) de ocupações novas (extintas).

A tabela 2 mostra os respectivos números em função do tamanho do estabelecimento. Nas duas medidas, prevalece o mesmo padrão de intensidade da mudança organizacional, isto é, diminuindo com a idade. Chama a atenção a incrível dispersão dos números. Enquanto os estabelecimentos com até cinco empregados movimentam, de acordo com a primeira medida, cerca de 34% dos postos de trabalho em mudanças organizacionais, os estabelecimentos com mais de mil empregados movimentam apenas 5%.

Finalmente, a tabela 3 traz informações por faixa etária do estabelecimento. De certa forma, o padrão é similar ao comentado na tabela 2.⁶ As duas medidas apontam uma tendência de menor intensidade de mudanças organizacionais à medida que a idade cresce. No entanto, a dispersão é menos dramática do que a registrada por tamanho. No caso da primeira medida, temos mudanças organizacionais correspondentes a 14% para os estabelecimentos com mais de 6 anos de idade, enquanto nos estabelecimentos com 2 ou 3 anos

TABELA 2

Mudanças organizacionais por tamanho do estabelecimento

	mo 1	mo 2
[0,5)	34,1	22,3
[5,10)	26,6	22,7
[10,50)	20,7	22,2
[50,250)	13,8	18,6
[250,1.000)	7,7	13,9
1.000+	5,0	11,0

Nota: elaborado a partir dos microdados da Rais 1994-2001.

5. O fato de esse número ser maior do que o registrado para a primeira medida significa que os ajustes simultâneos de emprego em direções opostas (criação e destruição) em diferentes ocupações são frequentes nos estabelecimentos brasileiros.

6. Essa similaridade provavelmente reflete uma alta correlação entre idade e tamanho.

TABELA 3

Mudanças organizacionais por idade do estabelecimento

	mo 1	mo 2
[2,3]	27,9	23,0
[4,6]	20,1	19,9
> 6	14,0	17,4

Nota: elaborado a partir dos microdados da Rais 1994-2001.

elas chegam a cerca de 28%. Aliás, a dispersão referente à segunda medida é significativamente menor do que a referente à primeira, fato constatado também na tabela 2.

Vale notar que tanto os estabelecimentos mais novos quanto os de menor porte apresentam valores mais altos para a primeira medida em comparação à segunda. Esse mesmo padrão foi constatado em relação aos estabelecimentos do comércio.

4 CONCLUSÃO

Nesta nota, analisaram-se os processos de mudanças organizacionais experimentados por estabelecimentos brasileiros que declararam a Rais entre 1994 e 2001. A partir de duas medidas recém-propostas, constatou-se que as mudanças organizacionais são responsáveis por uma realocação de postos de trabalho entre 17% e 19% do total de postos em um ano.

As alterações em pequenos estabelecimentos comerciais com poucos anos de vida destoam daquelas em estabelecimentos grandes e maduros tanto no caso da indústria como no dos serviços. Enquanto os estabelecimentos menores e mais novos experimentam níveis expressivos de mudanças organizacionais, os maiores e mais maduros ficam bem abaixo da média. Além disso, o padrão das mudanças presente nos estabelecimentos comerciais é mais pautado pelo surgimento de ocupações novas sucedendo-se ao desuso de ocupações extintas (ou o contrário), mas sem que os ajustes em direções opostas ocorram simultaneamente. Estamos falando, portanto, de um padrão em que criação de postos sem destruição simultânea é relativamente mais comum. Já um padrão baseado em ajuste simultâneo em direções opostas estaria mais presente nos setores industrial e de serviços.

Esses resultados mostram ser necessária cautela ao interpretar as evidências disponíveis sobre as consequências de mudanças organizacionais. Como as alterações possuem padrões distintos, é possível que seus efeitos, tanto para o desempenho das firmas quanto para o bem-estar dos trabalhadores, também sejam distintos.

REFERÊNCIAS

- CORSEUIL, C. H. *Mudanças organizacionais nas empresas brasileiras: uma análise preliminar dos seus determinantes*. Rio de Janeiro: Ipea, 2008. Mimeo.
- OSTERMAN, P. Work reorganization in an era of restructuring: trends in diffusion and effects in employee welfare. *Industrial and Labor Relation Review*, v. 53, n. 2, p. 179-196, 2000.
- NETO, M. S.; FILHO, E. E. Estrutura organizacional e equipes de trabalho: estudo da mudança organizacional em quatro grandes empresas industriais. *Gestão e Produção*, v. 7, n. 2, p. 136-145, 2000.
- RIBEIRO, E. *Fluxos de empregos, fluxos de trabalhadores e fluxos de postos de trabalhos no Brasil*. Texto apresentado no XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007. Disponível em: <www.anpec.gov.br/encontro_2007.htm#trabalhos>.

SILVEIRA, M. A. P. da; DINIZ, E. H. Relação entre mudança organizacional e implantação de sistemas de informações: um estudo no setor de autopeças. *Gestão e Produção*, v. 9, n. 3, p. 397-410, 2002.

APÊNDICE

A fim de introduzir nossa notação, considere as seguintes medidas de criação (JC) e destruição (JD) de postos de trabalho em um estabelecimento p no ano t :

$$JC_{p,t} = \sum_j (\Delta n_{p,j,t}) \cdot I(\Delta n_{p,j,t} > 0) / x_{p,t}$$

$$JD_{p,t} = \sum_j (\Delta n_{p,j,t}) \cdot I(\Delta n_{p,j,t} \leq 0) / x_{p,t}$$

Nas fórmulas apresentadas, o índice j denota categoria ocupacional, n representa o nível de emprego de um ano e x o emprego médio de t e $t + 1$. Note-se que um componente da criação de postos de trabalho corresponde àqueles que foram criados em ocupações que não faziam parte da estrutura organizacional do estabelecimento em t (novas ocupações). Da mesma forma, um componente da destruição de postos de trabalho corresponde àqueles que foram destruídos em ocupação que deixaram de integrar a estrutura organizacional do estabelecimento em $t + 1$ (ocupações extintas). Esse componente pode ser definido como:

$$JC_{p,t}^* = \sum_j (\Delta n_{p,j,t}) \cdot I(\Delta n_{p,j,t} > 0, n_{p,j,t-1} = 0, n_{p,t-1} > 0) / x_{p,t}$$

$$JD_{p,t}^* = \sum_j (\Delta n_{p,j,t}) \cdot I(\Delta n_{p,j,t} \leq 0, n_{p,j,t} = 0, n_{p,t} > 0) / x_{p,t}$$

Finalmente, nossas medidas de mudança organizacional podem ser expressas da seguinte maneira:

$$mo1_{p,t} = (JC_{p,t}^* + JD_{p,t}^*) / x_{p,t}$$

$$mo2_{p,t} = \min\{JC_{p,t}; JD_{p,t}\} / x_{p,t}$$

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 25 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para maiores informações, consultar:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/22022005reponderacao.shtm>

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1.	PEA por região metropolitana	A1
2.	PEA por gênero	A2
3.	PEA por grau de instrução	A2
4.	PEA por faixa etária	A3
5.	Taxa de participação por região metropolitana	A4
6.	Taxa de participação por gênero	A5
7.	Taxa de participação por grau de instrução	A5
8.	Taxa de participação por faixa etária	A6
9.	População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A7

II. OCUPAÇÃO

1.	Nível de ocupação por região metropolitana	A9
2.	Nível de ocupação por gênero	A10
3.	Nível de ocupação por grau de instrução	A11
4.	Nível de ocupação por faixa etária	A12
5.	Nível de ocupação por posição na ocupação	A13
6.	Empregados por categoria de ocupação	A14
7.	Nível de ocupação por setor de atividade	A15

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1.	Admissões por UF	A17
2.	Desligamentos por UF	A18
3.	Variação do nível de emprego por UF	A19
4.	Admissões por setor de atividade	A20
5.	Desligamentos por setor de atividade	A21
6.	Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A22

IV. DESEMPREGO

1	Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A23
2	Taxa de desemprego aberto: PED	A24
3	Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A25
4	Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A26
5	Taxa de desemprego total: PED	A27
6.	Taxa de desemprego por gênero: PME	A28
7.	Taxa de desemprego por grau de instrução: PME	A28
8.	Taxa de desemprego por faixa etária: PME	A29
9.	Taxa de desemprego por posição na família: PME	A30
10.	Composição do desemprego por gênero: PME	A30
11.	Composição do desemprego por posição na família: PME	A31
12.	Composição do desemprego por faixa etária: PME	A32
13.	Composição do desemprego por grau de instrução: PME	A33
14.	Composição do desemprego por faixa de duração: PME	A34

V. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A35 |
|--|-----|

VI. RENDIMENTOS

- | | |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A37 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A38 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A39 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A40 |
| 5. Salário mínimo real | A41 |

VII. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A43 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A44 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A45 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A46 |

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1

PEA por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.358	1.475	2.045	5.134	8.503	1.727	20.241	n.d.	n.d.
2003	1.460	1.547	2.158	5.279	9.061	1.788	21.293	1.369	22.662
2004	1.451	1.590	2.250	5.382	9.270	1.810	21.753	1.394	23.147
2005	1.478	1.647	2.273	5.380	9.369	1.845	21.991	1.470	23.461
2006	1.541	1.651	2.399	5.468	9.576	1.891	22.527	1.474	24.001
Dezembro/2006	1.523	1.704	2.431	5.478	9.632	1.883	22.652	1.453	24.105
2007									
Janeiro	1.509	1.717	2.430	5.447	9.641	1.870	22.614	1.448	24.062
Fevereiro	1.499	1.702	2.449	5.463	9.678	1.869	22.659	1.446	24.105
Março	1.495	1.710	2.457	5.493	9.841	1.894	22.891	1.482	24.373
Abril	1.489	1.697	2.467	5.430	9.819	1.911	22.814	1.479	24.293
Maiο	1.503	1.744	2.453	5.492	9.743	1.901	22.836	1.494	24.330
Junho	1.502	1.754	2.467	5.531	9.840	1.921	23.015	1.497	24.512
Julho	1.514	1.760	2.504	5.478	9.812	1.939	23.007	1.501	24.508
Agosto	1.525	1.782	2.521	5.564	9.912	1.960	23.264	1.536	24.800
Setembro	1.519	1.753	2.523	5.608	9.988	1.955	23.345	1.564	24.909
Outubro	1.511	1.734	2.511	5.596	10.028	1.945	23.324	1.599	24.923
Novembro	1.512	1.770	2.533	5.565	10.020	1.970	23.370	n.d.	n.d.
Dezembro	1.496	1.739	2.507	5.512	9.892	1.949	23.095	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2007	1.506	1.738	2.485	5.515	9.851	1.924	23.020	1.505	24.524

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.2

PEA por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	11.371	8.869
2003	11.830	9.463
2004	11.984	9.769
2005	12.094	9.896
2006	12.338	10.153
Dezembro/2006	12.546	10.212
2007		
Janeiro	12.447	10.167
Fevereiro	12.377	10.283
Março	12.489	10.401
Abril	12.454	10.359
Maio	12.468	10.368
Junho	12.558	10.457
Julho	12.536	10.471
Agosto	12.609	10.656
Setembro	12.692	10.654
Outubro	12.650	10.674
Novembro	12.710	10.661
Dezembro	12.603	10.492
Jan.-dez./2007	12.549	10.470

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.3

PEA por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	7.047	4.112	9.041
2003	7.229	4.267	9.761
2004	7.036	4.261	10.416
2005	6.759	4.220	10.979
2006	6.616	4.245	11.632
Dezembro/2006	6.484	4.211	11.927
2007			
Janeiro	6.369	4.166	12.057
Fevereiro	6.369	4.151	12.114
Março	6.351	4.256	12.250
Abril	6.378	4.252	12.147
Maio	6.321	4.241	12.236
Junho	6.357	4.250	12.368
Julho	6.417	4.276	12.281
Agosto	6.502	4.318	12.415
Setembro	6.499	4.416	12.402
Outubro	6.433	4.398	12.463
Novembro	6.346	4.411	12.594
Dezembro	5.796	3.796	11.766
Jan.-dez./2007	6.345	4.244	12.258

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a		95	573	4.018	12.576	2.980
2003		128	620	4.102	13.141	3.302
2004		108	604	4.131	13.378	3.532
2005		64	528	4.041	13.641	3.717
2006		74	548	4.082	13.921	3.903
Dezembro/2006		65	505	4.063	13.898	4.122
2007	Janeiro	54	510	4.033	13.953	4.064
	Fevereiro	53	520	4.046	13.974	4.065
	Março	65	526	4.155	14.069	4.076
	Abril	76	540	4.155	14.030	4.013
	Maiο	73	519	4.120	14.096	4.028
	Junho	53	507	4.109	14.283	4.063
	Julho	61	505	4.054	14.281	4.105
	Agosto	62	502	4.070	14.445	4.185
	Setembro	73	527	4.056	14.490	4.200
	Outubro	73	494	4.007	14.550	4.200
	Novembro	66	474	4.087	14.557	4.187
	Dezembro	71	462	3.942	14.409	4.211
Jan.-dez./2007		65	507	4.070	14.262	4.116

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT	Total
2002 ^a	48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	56,9	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	58,7	56,7
Dezembro/2006	50,2	58,8	58,2	53,6	59,0	55,6	56,6	56,9	56,6
2007									
Janeiro	49,6	59,2	57,9	53,4	59,0	55,1	56,4	56,7	56,4
Fevereiro	49,1	58,7	58,4	53,5	58,9	55,1	56,4	56,9	56,4
Março	48,7	59,0	58,5	53,6	59,9	56,2	56,9	57,9	57,0
Abril	48,6	58,3	58,6	52,7	59,7	56,7	56,6	58,2	56,7
Maio	48,9	59,5	58,2	53,1	59,2	56,2	56,5	58,5	56,6
Junho	48,8	59,5	58,4	53,4	59,7	56,5	56,8	58,3	56,9
Julho	49,4	59,5	59,1	53,2	59,5	56,6	56,8	58,4	56,9
Agosto	49,5	60,0	59,4	54,0	60,0	57,2	57,4	59,3	57,5
Setembro	49,3	58,9	59,4	54,5	60,1	57,2	57,5	59,9	57,7
Outubro	49,0	58,0	59,0	54,3	60,5	56,8	57,4	61,2	57,7
Novembro	48,8	59,0	59,4	53,8	60,2	57,5	57,3	n.d.	n.d.
Dezembro	48,3	58,0	58,7	53,1	59,4	56,6	56,5	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	58,5	57,0

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,9	48,2
Dezembro/2006	66,3	48,0
2007		
Janeiro	66,5	47,6
Fevereiro	65,9	48,0
Março	66,5	48,5
Abril	66,3	48,2
Maio	66,3	48,0
Junho	66,6	48,3
Julho	66,5	48,4
Agosto	66,9	49,1
Setembro	66,9	49,2
Outubro	66,8	49,2
Novembro	66,9	48,9
Dezembro	66,2	48,1
Jan.-dez./2007	66,5	48,5

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	40,9	57,1	74,9
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,1	57,4	76,2
Dezembro/2006	38,4	57,5	75,6
2007			
Janeiro	38,2	56,3	75,5
Fevereiro	38,3	55,5	75,6
Março	38,3	56,4	76,3
Abril	38,1	56,8	75,8
Maio	37,8	56,6	75,9
Junho	38,1	56,7	76,1
Julho	38,3	56,9	76,0
Agosto	38,6	57,7	76,9
Setembro	38,4	58,9	76,8
Outubro	38,1	59,0	76,7
Novembro	37,5	59,3	76,9
Dezembro	35,7	54,2	74,3
Jan.-dez./2007	38,0	57,0	76,1

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a		2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003		3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004		3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005		1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006		2,0	23,6	70,8	79,2	38,4
	Dezembro/2006	1,8	22,0	70,4	78,7	38,7
2007	Janeiro	1,5	22,3	70,2	78,7	38,3
	Fevereiro	1,4	22,4	70,6	79,1	38,1
	Março	1,7	22,9	71,8	79,3	38,3
	Abril	2,0	23,5	71,6	79,2	37,7
	Maio	1,9	22,3	71,2	79,3	37,7
	Junho	1,4	21,6	70,8	79,7	38,0
	Julho	1,6	21,9	70,5	79,9	38,3
	Agosto	1,6	22,0	70,7	80,6	38,9
	Setembro	1,9	23,2	71,4	80,5	38,8
	Outubro	1,9	21,8	71,2	80,3	38,9
	Novembro	1,7	21,0	71,6	80,1	38,7
	Dezembro	1,9	20,5	69,2	79,2	38,7
	Jan.-dez./2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ^a	Total		
2002 ^b	1.087	3.181	445	3.626
2003	989	2.823	408	3.230
2004	1.030	2.825	369	3.194
2005	1.027	2.828	346	3.174
2006	1.003	2.595	378	2.973
Dezembro/2006	1.044	2.517	436	2.953
2007				
Janeiro	1.114	2.591	438	3.029
Fevereiro	1.018	2.422	439	2.862
Março	934	2.372	425	2.797
Abril	909	2.308	434	2.742
Maio	943	2.391	421	2.812
Junho	960	2.387	416	2.802
Julho	917	2.314	400	2.714
Agosto	907	2.330	435	2.764
Setembro	863	2.283	406	2.689
Outubro	848	2.212	399	2.612
Novembro	845	2.151	369	2.520
Dezembro	935	2.215	429	2.644
Jan.-dez./2007	933	2.331	418	2.749

Fonte: PME/IBGE.

^a Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

^b Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período		RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT	Total
2002 ^a		1.188	1.254	1.828	4.618	7.420	1.576	17.885	n.d.	n.d.
2003		1.258	1.289	1.924	4.794	7.785	1.619	18.669	1.247	19.917
2004		1.267	1.335	2.012	4.895	8.098	1.654	19.260	1.281	20.541
2005		1.282	1.392	2.074	4.965	8.411	1.708	19.831	1.361	21.192
2006		1.317	1.425	2.195	5.038	8.568	1.739	20.282	1.372	21.654
	Dezembro/2006	1.365	1.492	2.259	5.124	8.761	1.758	20.759	1.371	22.130
2007	Janeiro	1.335	1.485	2.227	5.089	8.664	1.718	20.518	1.367	21.885
	Fevereiro	1.315	1.470	2.221	5.052	8.655	1.714	20.427	1.350	21.777
	Março	1.316	1.469	2.246	5.089	8.712	1.738	20.569	1.377	21.946
	Abril	1.309	1.456	2.267	5.024	8.684	1.760	20.501	1.384	21.885
	Maio	1.316	1.489	2.249	5.053	8.656	1.760	20.522	1.390	21.912
	Junho	1.314	1.498	2.273	5.087	8.840	1.779	20.790	1.392	22.182
	Julho	1.323	1.505	2.321	5.090	8.801	1.793	20.832	1.393	22.225
	Agosto	1.329	1.516	2.335	5.152	8.909	1.809	21.049	1.432	22.481
	Setembro	1.327	1.516	2.334	5.204	9.053	1.816	21.250	1.466	22.716
	Outubro	1.326	1.508	2.338	5.231	9.077	1.822	21.301	1.501	22.802
	Novembro	1.346	1.544	2.371	5.204	9.133	1.850	21.449	n.d.	n.d.
	Dezembro	1.348	1.541	2.369	5.175	9.103	1.846	21.381	n.d.	n.d.
	Jan.-dez./2007	1.325	1.500	2.296	5.121	8.857	1.784	20.883	1.405	22.288

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA II.2
Nível de ocupação por gênero
 (Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2002 ^a		10.248	7.636
2003		10.641	8.029
2004		10.895	8.364
2005		11.156	8.675
2006		11.351	8.931
Dezembro/2006		11.568	9.191
2007	Janeiro	11.496	9.022
	Fevereiro	11.379	9.048
	Março	11.453	9.116
	Abril	11.440	9.061
	Maió	11.437	9.085
	Junho	11.585	9.206
	Julho	11.615	9.217
	Agosto	11.671	9.378
	Setembro	11.818	9.432
	Outubro	11.811	9.490
	Novembro	11.899	9.550
	Dezembro	11.861	9.520
Jan.-dez./2007		11.622	9.260

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002 ^a	557	1.189	4.447	3.478	8.173
2003	565	1.183	4.610	3.560	8.716
2004	531	1.131	4.628	3.590	9.339
2005	484	1.103	4.573	3.656	9.981
2006	480	1.072	4.470	3.666	10.558
Dezembro/2006	463	991	4.538	3.745	10.992
2007					
Janeiro	400	1.024	4.429	3.664	10.979
Fevereiro	421	1.015	4.375	3.624	10.967
Março	424	960	4.425	3.692	11.035
Abril	436	983	4.404	3.675	10.967
Maio	439	972	4.391	3.632	11.051
Junho	456	986	4.371	3.709	11.228
Julho	441	1.039	4.394	3.726	11.199
Agosto	454	1.037	4.470	3.759	11.300
Setembro	464	1.011	4.508	3.859	11.379
Outubro	428	1.007	4.508	3.877	11.451
Novembro	421	970	4.485	3.900	11.654
Dezembro	412	947	4.437	3.796	11.766
Jan.-dez./2007	433	996	4.433	3.743	11.248

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a		78	377	3.152	11.445	2.833
2003		105	383	3.144	11.909	3.128
2004		89	390	3.200	12.215	3.366
2005		54	352	3.208	12.638	3.579
2006		61	369	3.224	12.868	3.759
Dezembro/2006		57	371	3.307	13.021	4.003
2007	Janeiro	48	341	3.245	12.959	3.924
	Fevereiro	47	353	3.219	12.886	3.922
	Março	52	340	3.249	12.990	3.938
	Abril	60	358	3.264	12.931	3.888
	Maiο	57	334	3.237	13.010	3.884
	Junho	40	359	3.243	13.222	3.928
	Julho	45	351	3.221	13.251	3.965
	Agosto	49	340	3.236	13.385	4.040
	Setembro	60	357	3.299	13.468	4.066
	Outubro	61	341	3.264	13.562	4.072
	Novembro	54	331	3.381	13.613	4.070
	Dezembro	59	336	3.300	13.572	4.114
Jan.-dez./2007		53	345	3.263	13.237	3.984

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002 ^a	8.141	3.796	1.354	11	3.468	897	217	17.885
2003	8.266	4.090	1.370	12	3.729	1.025	177	18.669
2004	8.425	4.339	1.397	9	3.910	1.012	167	19.260
2005	8.920	4.431	1.452	8	3.843	1.021	156	19.831
2006	9.351	4.389	1.495	8	3.881	1.005	153	20.282
Dezembro/2006	9.568	4.402	1.480	10	4.113	1.023	161	20.759
2007								
Janeiro	9.505	4.309	1.535	11	4.012	991	155	20.518
Fevereiro	9.524	4.266	1.566	7	3.959	953	153	20.427
Março	9.534	4.342	1.550	8	4.020	961	155	20.569
Abril	9.594	4.333	1.502	9	3.924	989	150	20.501
Maiο	9.628	4.289	1.521	10	3.986	952	136	20.522
Junho	9.675	4.343	1.534	11	4.091	995	142	20.790
Julho	9.814	4.330	1.522	7	4.040	972	147	20.832
Agosto	10.041	4.285	1.513	4	3.992	1.072	142	21.049
Setembro	10.129	4.357	1.513	6	4.096	1.016	133	21.250
Outubro	10.166	4.359	1.554	6	4.093	998	125	21.301
Novembro	10.287	4.300	1.548	7	4.147	1.022	138	21.449
Dezembro	10.186	4.347	1.531	10	4.150	1.009	148	21.381
Jan.-dez./2007	9.840	4.322	1.532	8	4.042	994	144	20.883

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002 ^a	7.261	2.639	381	273	1.354	500	885
2003	7.412	2.902	357	274	1.370	498	914
2004	7.561	3.058	344	292	1.397	520	989
2005	7.984	3.102	357	283	1.452	579	1.047
2006	8.419	2.994	369	304	1.501	581	1.090
Dezembro/2006	8.630	2.980	354	315	1.480	584	1.107
2007							
Janeiro	8.562	2.946	344	293	1.535	599	1.070
Fevereiro	8.582	2.862	369	284	1.566	573	1.120
Março	8.588	2.875	362	325	1.550	584	1.142
Abril	8.627	2.921	365	307	1.502	602	1.105
Maio	8.662	2.853	356	302	1.521	610	1.134
Junho	8.703	2.902	339	317	1.534	633	1.125
Julho	8.807	2.877	378	323	1.522	629	1.129
Agosto	9.027	2.858	395	317	1.513	619	1.110
Setembro	9.104	2.941	395	312	1.513	630	1.105
Outubro	9.167	2.955	381	302	1.554	618	1.102
Novembro	9.303	2.931	356	297	1.548	628	1.071
Dezembro	9.231	2.968	349	295	1.531	606	1.084
Jan.-dez./2007	8.864	2.907	366	306	1.532	611	1.108

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ^a	Construção	Comércio ^b	Intermediação financeira ^c	Administração pública ^d	Serviços domésticos	Outros serviços ^e	Outras atividades ^f
2002 ^g	3.143	1.366	3.698	2.313	2.872	1.385	3.000	106
2003	3.287	1.409	3.764	2.507	2.951	1.412	3.186	153
2004	3.410	1.408	3.832	2.637	3.022	1.509	3.306	135
2005	3.509	1.436	3.905	2.758	3.105	1.626	3.362	129
2006	3.537	1.457	3.967	2.897	3.177	1.671	3.449	127
Dezembro/2006	3.630	1.496	4.073	2.985	3.154	1.692	3.594	135
2007								
Janeiro	3.545	1.481	3.932	3.036	3.158	1.669	3.569	127
Fevereiro	3.498	1.464	3.945	3.036	3.188	1.692	3.475	128
Março	3.467	1.515	3.989	3.056	3.208	1.726	3.468	141
Abril	3.496	1.519	3.994	3.032	3.157	1.708	3.460	136
Maiο	3.512	1.466	3.953	3.108	3.174	1.744	3.429	137
Junho	3.519	1.509	4.071	3.144	3.211	1.758	3.442	137
Julho	3.544	1.533	4.031	3.133	3.304	1.759	3.399	129
Agosto	3.590	1.511	4.062	3.228	3.310	1.728	3.499	120
Setembro	3.629	1.560	4.081	3.170	3.368	1.734	3.582	125
Outubro	3.682	1.494	4.131	3.125	3.361	1.720	3.649	138
Novembro	3.720	1.511	4.143	3.154	3.355	1.699	3.732	135
Dezembro	3.619	1.518	4.254	3.085	3.303	1.690	3.792	121
Jan.-dez./2007	3.568	1.507	4.049	3.109	3.258	1.719	3.541	131

Fonte: PME/IBGE.

^a Indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

^b Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis.

^c Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

^d Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

^e Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

^f Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

^g Média referente ao período mar.-dez.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Dez/06	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07
RO	46.788	49.073	51.199	55.768	65.619	69.691	69.649	4.289	5.685	6.384	6.861	6.203	7.629	7.001	7.553	7.312	6.679	6.983	6.132	4.912
AC	9.572	11.416	11.687	10.728	11.884	14.943	17.580	1.077	1.237	1.198	1.550	1.489	1.356	1.567	1.631	1.452	1.288	1.301	1.261	948
AM	83.079	89.022	86.413	88.113	117.620	131.903	143.625	8.061	12.655	11.631	13.330	13.369	14.240	13.558	14.219	14.900	13.858	16.350	14.568	8.882
RR	4.958	6.015	5.221	5.966	7.311	8.228	7.937	452	654	717	676	837	1.077	636	842	848	773	896	925	641
PA	129.505	143.350	143.755	160.830	201.677	208.479	221.093	13.518	17.678	17.982	18.666	18.998	20.892	21.277	23.480	22.816	22.137	22.563	20.636	16.084
AP	9.923	9.735	9.491	10.699	12.901	14.584	15.290	1.441	1.268	1.499	1.245	1.090	1.593	1.531	1.779	1.877	1.438	1.662	1.780	1.279
TO	27.829	29.963	31.305	32.726	41.636	42.363	44.209	2.465	3.812	3.914	4.089	4.466	4.918	4.572	4.464	4.841	4.495	5.065	4.356	3.147
MA	57.334	69.239	60.558	62.670	70.431	85.854	94.335	6.222	8.426	8.624	8.306	9.218	10.238	10.179	9.625	10.794	10.252	9.686	9.727	6.688
PI	47.854	48.127	46.875	46.111	48.839	54.121	59.823	3.735	4.746	4.468	4.562	4.845	5.496	5.359	5.083	5.785	6.279	5.794	5.496	3.874
CE	212.751	223.517	215.582	210.583	227.205	240.637	267.041	17.814	22.269	21.180	21.169	22.382	24.628	23.583	26.276	31.518	26.267	29.872	26.725	19.964
RN	85.770	103.114	97.748	105.122	137.285	137.839	146.967	10.472	11.840	9.173	10.750	10.505	11.917	12.152	14.105	15.415	15.199	13.914	12.305	9.109
PB	69.315	78.281	74.189	67.107	73.471	79.613	84.592	5.200	6.630	6.409	7.140	7.004	7.367	6.043	9.153	11.662	8.864	8.831	7.741	5.936
PE	240.023	270.845	254.078	251.413	274.965	311.754	333.564	20.025	24.520	20.808	24.395	27.525	34.007	29.070	26.261	36.775	45.085	33.892	30.200	21.429
AL	80.891	93.729	88.185	93.277	99.851	103.837	110.055	5.204	6.858	4.704	5.162	6.388	6.505	6.512	8.225	7.609	34.553	10.692	6.722	5.243
SE	51.094	54.826	55.944	52.951	61.982	64.234	70.359	5.260	5.573	5.636	5.665	6.406	5.922	6.760	5.958	6.586	8.232	6.785	7.392	5.013
BA	338.769	357.821	348.538	349.688	406.076	470.493	473.212	31.082	41.989	35.906	46.783	46.807	50.013	47.845	45.354	46.042	42.962	48.146	42.855	36.549
MG	1.271.750	1.284.887	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	104.126	132.685	133.944	157.399	157.158	188.493	178.178	159.531	160.623	143.817	152.556	142.999	113.172
ES	207.676	221.636	221.484	222.795	255.143	291.455	314.285	20.829	26.042	26.028	31.090	32.998	36.066	27.768	28.229	27.738	26.724	27.752	26.686	22.460
RJ	966.615	1.009.454	890.500	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	81.119	94.165	86.942	101.394	99.945	98.928	97.551	98.870	100.934	99.047	102.264	101.308	87.435
SP	3.142.311	3.342.485	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	251.389	377.717	388.607	406.976	437.390	423.591	385.646	383.400	399.069	379.820	405.465	367.153	280.445
PR	656.104	735.560	710.236	735.432	860.828	898.971	933.008	57.982	82.992	87.804	102.251	100.822	94.443	84.925	87.636	90.970	87.477	95.495	88.758	63.809
SC	468.212	525.573	531.525	556.244	655.009	692.088	730.675	45.884	73.558	77.296	76.477	69.487	65.361	60.745	64.255	70.038	66.562	81.288	73.897	51.196
RS	761.293	814.128	757.568	777.864	914.638	869.708	881.310	59.865	82.548	83.624	96.395	87.689	77.734	70.220	73.812	81.382	78.433	93.763	92.341	68.268
MS	113.595	127.138	131.314	140.349	162.065	163.467	170.662	9.255	18.265	15.464	21.278	18.383	14.946	14.000	14.660	15.178	15.715	16.798	17.470	11.742
MT	151.152	174.754	182.489	201.391	253.451	240.380	227.021	12.304	23.249	24.568	23.978	25.126	23.770	24.789	21.872	22.428	23.298	23.751	18.811	13.213
GO	265.797	292.087	298.605	301.347	346.598	380.208	386.167	25.028	39.985	36.418	39.347	39.342	43.582	38.823	35.912	38.986	36.909	39.219	35.772	30.415
DF	168.172	185.868	164.092	159.672	180.282	195.838	200.528	15.190	16.997	16.809	18.706	17.079	18.785	17.319	18.350	19.945	18.124	19.918	18.632	16.275
Total	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	819.288	1.144.043	1.137.737	1.255.630	1.272.951	1.293.497	1.197.609	1.190.535	1.253.523	1.224.287	1.280.701	1.182.648	908.128

Fonte: Caged/MTE.

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Dez/06	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Sep/07	Out/07	Nov/07	Dez/07
RO	43.913	46.598	46.444	52.369	59.584	64.807	64.978	6.595	5.555	5.537	5.693	4.971	6.115	5.644	5.932	6.517	5.747	5.927	6.251	7.112
AC	8.241	9.994	10.872	10.881	11.064	12.607	16.400	2.011	1.556	1.248	1.263	1.092	1.355	1.113	1.623	1.505	1.085	1.530	1.409	1.595
AM	70.035	82.873	75.316	77.977	94.889	111.964	130.620	15.432	11.801	10.907	10.671	10.207	12.131	11.216	11.945	11.554	11.030	11.624	10.867	15.023
RR	4.813	5.612	5.180	5.719	6.397	6.765	7.269	615	552	589	593	768	672	725	763	787	521	755	754	701
PA	114.331	131.949	130.435	148.360	163.473	190.682	200.287	19.982	19.618	16.149	19.035	15.516	18.495	18.367	16.550	17.096	17.673	19.852	16.804	20.051
AP	8.549	8.980	8.704	10.938	9.995	13.273	13.878	1.397	1.425	1.169	1.173	970	1.344	1.544	1.392	1.561	1.244	1.612	1.415	1.488
TO	26.223	30.406	30.880	29.700	35.833	41.369	42.069	3.868	3.353	2.969	3.438	2.955	3.684	3.399	3.715	4.142	3.781	4.361	3.970	5.267
MA	53.488	65.606	57.316	56.577	60.392	72.972	80.603	9.101	8.678	6.731	7.369	6.903	7.929	7.709	8.076	8.401	7.616	8.652	8.814	8.707
PI	45.542	48.283	41.549	44.158	42.949	47.559	52.283	6.142	4.677	4.845	4.687	3.699	4.370	4.759	4.428	4.925	4.073	3.720	5.218	4.485
CE	194.972	206.436	184.751	191.938	195.965	209.762	233.481	21.792	26.625	21.769	21.369	18.349	21.792	20.916	19.912	21.936	18.486	23.117	20.035	21.805
RN	76.808	97.249	86.992	98.042	119.293	119.443	131.626	12.309	14.467	10.804	11.912	9.367	10.958	9.713	10.169	10.582	9.354	12.168	11.353	10.533
PB	64.310	78.422	67.029	70.459	60.758	68.845	71.516	6.233	13.033	7.745	7.112	4.900	5.921	5.738	6.209	6.759	5.409	5.445	5.967	6.385
PE	220.157	257.336	236.905	237.584	237.539	271.524	294.679	27.244	34.242	36.996	25.590	22.790	22.651	20.216	24.308	24.570	21.586	26.224	24.779	23.667
AL	68.987	86.998	80.373	82.405	90.169	98.132	98.000	6.923	9.420	15.601	21.707	13.180	6.026	5.165	5.116	7.109	5.057	6.886	7.678	6.733
SE	47.850	54.030	45.108	50.469	52.091	56.590	62.771	6.381	5.458	4.923	7.200	5.251	5.846	5.392	5.289	5.488	5.205	5.713	5.418	5.960
BA	309.138	344.672	311.240	323.186	353.352	406.541	448.123	37.897	38.516	34.300	38.817	36.215	40.687	41.167	38.967	42.558	36.420	41.927	42.464	40.493
MG	1.232.164	1.253.526	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	143.774	125.451	116.492	133.356	118.385	135.504	132.098	158.901	176.904	141.559	138.853	132.035	142.619
ES	189.419	199.816	197.932	209.792	219.136	250.795	282.316	25.777	24.212	25.804	26.183	22.205	30.860	31.044	26.493	27.016	23.379	27.494	24.676	25.141
RJ	905.395	950.034	817.854	804.625	822.606	896.082	931.069	81.337	93.976	77.722	90.698	80.359	87.778	84.564	90.133	91.958	78.407	85.809	79.856	82.737
SP	2.901.429	3.159.516	2.867.964	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	391.765	318.545	305.197	339.753	307.970	342.124	320.163	323.993	340.020	302.402	332.347	336.876	454.350
PR	627.961	681.703	651.647	673.062	738.180	826.597	846.612	79.817	74.128	73.847	82.161	73.344	78.083	76.459	77.568	78.934	73.288	82.407	79.775	95.027
SC	438.133	473.725	482.084	510.563	564.258	628.457	669.353	59.904	59.169	62.613	71.726	59.728	65.481	57.686	60.940	62.897	54.838	64.818	60.461	66.173
RS	707.801	763.819	714.880	730.183	797.816	843.445	829.211	73.332	67.628	69.981	87.459	72.681	81.116	71.352	75.502	80.709	63.447	73.645	72.022	76.333
MS	107.130	116.204	119.843	127.849	141.978	158.855	164.155	18.489	13.447	12.829	15.755	13.870	15.574	13.702	16.334	14.390	13.583	14.161	17.364	20.968
MT	147.069	161.772	171.610	185.078	225.683	246.156	222.890	18.743	16.629	16.308	20.734	20.040	21.619	18.636	19.983	20.367	20.207	23.242	23.799	22.733
GO	243.807	270.706	279.342	280.568	309.345	348.536	365.106	41.806	29.693	28.403	32.250	32.013	34.965	31.587	33.124	34.222	32.783	37.246	42.066	45.205
DF	152.871	174.299	146.975	151.261	154.088	170.482	187.154	18.115	16.721	18.240	21.785	13.232	18.200	15.868	16.178	17.287	14.939	15.906	15.968	16.251
Total	9.010.536	9.760.564	9.049.965	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	1.136.781	1.038.575	989.718	1.109.489	970.960	1.081.280	1.015.942	1.063.543	1.120.194	973.119	1.075.441	1.058.094	1.227.542

Fonte: Caged/MTE.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.3

Variação do nível de emprego por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan.-Set./06	Set./06	Out./06	Nov./06	Dez./06	Jan./07	Fev./07	Mar./07	Abr./07	Mai./07	Jun./07	Jul./07	Ago./07	Sep./07	Out./07	Nov./07	Dez./07
RO	2.875	2.475	4.755	3.399	6.035	4.884	4.671	748	900	361	-119	-2.306	130	847	1.168	1.232	1.514	1.357	1.621	795	932	1.056	-119	-2.200
AC	1.331	1.422	815	-153	820	2.336	1.180	251	434	170	-311	-934	-319	-50	287	397	1	454	8	-53	203	-229	-148	-647
AM	13.044	6.149	11.097	10.136	22.731	19.939	12.732	1.827	2.998	2.141	1.795	-7.371	854	724	2.659	3.162	2.109	2.342	2.274	3.346	2.828	4.726	3.701	-6.141
RR	145	403	41	247	914	1.463	668	91	173	-33	44	-163	102	128	83	69	405	-89	79	61	252	141	171	-60
PA	15.174	11.401	13.320	12.470	38.204	17.797	20.806	2.722	4.455	1.974	800	-6.464	-1.940	1.833	-369	3.482	2.397	2.910	6.930	5.720	4.464	2.711	3.832	-3.967
AP	1.374	755	787	-239	2.906	1.291	1.412	62	587	339	473	44	-157	330	72	120	249	-13	387	316	194	50	365	-209
TO	1.606	-443	425	3.026	5.803	994	2.140	385	-381	662	-585	-1.403	459	945	651	1.511	1.234	1.173	749	699	714	704	386	-2.120
MA	3.846	3.633	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	1.539	1.959	1.697	1.064	-2.879	-252	1.893	937	2.315	2.309	2.470	1.549	2.393	2.636	1.034	913	-2.019
PI	2.312	-156	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	1.026	512	652	58	-2.407	69	-377	-125	1.146	1.126	600	655	860	2.206	2.074	278	-611
CE	17.779	17.081	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	2.749	8.165	6.530	6.263	-3.978	-4.356	-589	-200	4.033	2.836	2.667	6.364	9.582	7.781	6.755	6.690	-1.841
RN	8.962	5.865	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	1.358	7.444	2.172	2.781	-1.837	-2.627	-1.631	-1.162	1.138	959	2.439	3.936	4.833	5.845	1.746	952	-1.424
PB	5.005	-141	7.160	-3.352	12.713	10.768	13.076	1.163	3.974	2.171	1.469	-1.033	-6.403	-1.336	28	2.104	1.446	305	2.944	4.903	3.455	3.386	1.774	-449
PE	19.866	13.509	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	3.924	27.469	6.818	3.973	-7.219	-9.722	-16.188	-1.195	4.735	11.356	8.854	1.953	12.205	23.499	7.668	5.421	-2.238
AL	11.904	6.731	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	444	27.689	8.643	1.139	-1.719	-2.562	-10.897	-16.545	-6.792	479	1.347	3.109	500	29.496	3.806	-956	-1.490
SE	3.244	796	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	754	427	1.659	267	-1.121	115	713	-1.535	1.155	76	1.368	669	1.098	3.027	1.072	1.974	-947
BA	29.631	13.149	37.298	26.502	52.724	63.952	25.089	3.711	3.274	-1.636	141	-6.815	3.473	1.606	7.966	10.592	9.326	6.678	6.387	3.484	6.542	6.219	391	-3.944
MG	39.586	31.361	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	23.349	-9.896	-10.558	-7.637	-39.648	7.234	17.452	24.043	38.773	52.989	46.080	630	-16.281	2.258	13.703	10.964	-29.447
ES	18.257	21.820	23.552	13.003	36.007	40.660	31.969	3.445	2.456	3.640	2.270	-4.948	1.830	224	4.907	10.793	5.206	-3.276	1.736	722	3.345	258	2.010	-2.681
RJ	61.220	59.420	72.646	58.547	107.830	121.111	116.158	9.315	14.531	12.817	19.727	-218	189	9.220	10.696	19.586	11.150	12.987	8.737	8.976	20.640	16.455	21.452	4.698
SP	240.882	182.969	199.678	171.509	497.652	472.931	532.627	65.608	50.372	46.531	-24.004	-140.376	59.172	83.410	67.223	129.420	81.467	65.483	59.407	59.049	77.418	73.118	30.277	-173.905
PR	28.143	53.857	58.589	62.370	122.648	72.374	86.396	10.453	9.914	11.173	2.980	-21.835	8.864	13.957	20.090	27.478	16.360	8.466	10.068	12.036	14.189	13.088	8.983	-31.218
SC	30.079	51.848	49.441	45.681	90.751	63.631	61.322	5.316	7.841	13.486	14.015	-14.020	14.389	14.683	4.751	9.759	-120	3.059	3.315	7.141	11.724	16.470	13.436	-14.977
RS	53.492	50.309	42.688	47.681	116.822	26.263	52.099	3.990	3.554	12.333	17.322	-13.467	14.920	13.643	8.926	15.008	-3.382	-1.132	-1.690	673	14.986	20.118	20.319	-8.065
MS	6.465	10.934	11.471	12.500	20.087	4.612	6.507	1.783	1.783	702	-1.008	-9.234	4.818	2.635	5.523	4.513	-628	298	-1.674	788	2.132	2.637	106	-9.226
MT	4.083	12.982	10.879	16.313	27.768	-5.776	4.131	1.925	2.685	-820	-5.939	-6.439	6.620	8.260	3.244	5.086	2.151	6.153	1.889	2.061	3.091	509	-4.988	-9.520
GO	21.990	21.381	19.263	20.779	37.253	31.672	21.061	4.245	2.436	3.480	-3.845	-16.778	10.292	8.015	7.097	7.329	8.617	7.236	2.788	4.764	4.126	1.973	-6.294	-14.790
DF	15.301	11.569	17.117	8.411	26.194	25.356	13.374	1.574	980	2.691	-554	-2.925	276	-1.431	-3.079	3.847	585	1.451	2.172	2.658	3.185	4.012	2.664	24
Total	657.596	591.079	762.414	645.433	1.523.276	2.262.204	2.306.351	153.756	176.735	129.795	32.579	-317.493	105.468	148.019	146.141	301.991	212.217	181.667	126.992	133.329	251.168	205.260	124.554	-319.414

Fonte: Caged/MTE.

TABELA III.4

Admissões por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	58	9.812.379
2003	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	178	12.178.972
2006	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
Dezembro/2006	2.991	132.767	4.945	76.768	241.527	320.791	2.460	37.039	0	819.288
2007										
Janeiro	3.847	247.029	5.409	112.492	257.097	402.805	5.488	109.876	0	1.144.043
Fevereiro	3.861	251.147	5.676	97.986	240.249	409.880	19.006	109.932	0	1.137.737
Março	3.957	282.514	5.920	119.823	273.487	446.149	12.461	111.319	0	1.255.630
Abril	4.701	316.836	5.409	117.563	264.897	418.508	8.131	136.906	0	1.272.951
Maio	4.736	286.038	4.900	121.731	273.095	419.630	7.428	175.939	0	1.293.497
Junho	4.230	242.801	5.471	121.115	261.072	394.862	6.809	161.249	0	1.197.609
Julho	4.481	251.884	4.865	128.192	264.047	411.679	8.820	116.567	0	1.190.535
Agosto	4.291	276.274	4.889	134.479	279.803	445.929	7.754	100.104	0	1.253.523
Setembro	3.876	305.077	4.872	129.372	276.125	416.779	6.704	81.482	0	1.224.287
Outubro	4.016	284.673	4.392	136.353	313.565	442.740	7.177	87.785	0	1.280.701
Novembro	3.458	231.276	4.491	123.147	329.021	413.889	4.091	73.275	0	1.182.648
Dezembro	2.916	151.436	5.053	86.329	266.084	346.543	3.452	46.315	0	908.128
Jan.-dez./2007	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	2.984.977	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289

Fonte: Caged/MTE.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
Dezembro/2006	3.081	248.143	5.297	112.614	224.158	387.743	20.883	134.862	0	1.136.781
2007	3.172	207.911	4.600	100.784	266.996	355.490	6.985	92.637	0	1.038.575
Janeiro	3.172	207.911	4.600	100.784	266.996	355.490	6.985	92.637	0	1.038.575
Fevereiro	2.828	220.355	4.706	92.464	228.485	347.052	5.869	87.959	0	989.718
Março	3.426	241.976	5.173	102.570	260.619	389.622	6.130	99.973	0	1.109.489
Abril	3.036	213.073	4.092	86.676	227.998	335.740	4.666	95.679	0	970.960
Maio	3.520	228.552	4.642	107.999	255.838	380.040	5.090	95.599	0	1.081.280
Junho	3.106	214.989	4.058	102.646	232.910	356.327	6.969	94.937	0	1.015.942
Julho	3.318	222.888	4.400	109.296	236.126	373.525	5.409	108.581	0	1.063.543
Agosto	3.588	236.875	4.403	108.203	243.615	386.975	5.625	130.910	0	1.120.194
Setembro	3.099	192.963	4.242	98.975	225.773	343.725	4.497	99.845	0	973.119
Outubro	3.245	224.639	4.175	114.668	249.792	374.989	4.743	99.190	0	1.075.441
Novembro	3.482	233.772	4.303	115.336	229.344	351.467	4.010	116.380	0	1.058.094
Dezembro	2.788	294.408	4.801	112.210	235.955	387.338	22.076	167.966	0	1.227.542
Jan.-dez./2007	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897

Fonte: Caged/MTE.

TABELA III.6
Variação do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002	5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	47	1.253.952
2006	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
Dezembro/2006	-90	-115.376	-352	-35.846	17.369	-66.952	-18.423	-97.823	0	-317.493
2007										
Janeiro	675	39.118	809	11.708	-9.899	47.315	-1.497	17.239	0	105.468
Fevereiro	1.033	30.792	970	5.522	11.764	62.828	13.137	21.973	0	148.019
Março	531	40.538	747	17.253	12.868	56.527	6.331	11.346	0	146.141
Abril	1.665	103.763	1.317	30.887	36.899	82.768	3.465	41.227	0	301.991
Maio	1.216	57.486	258	13.732	17.257	39.590	2.338	80.340	0	212.217
Junho	1.124	27.812	1.413	18.469	28.162	38.535	-160	66.312	0	181.667
Julho	1.163	28.996	465	18.896	27.921	38.154	3.411	7.986	0	126.992
Agosto	703	39.399	486	26.276	36.188	58.954	2.129	-30.806	0	133.329
Setembro	777	112.114	630	30.397	50.352	73.054	2.207	-18.363	0	251.168
Outubro	771	60.034	217	21.685	63.773	67.751	2.434	-11.405	0	205.260
Novembro	-24	-2.496	188	7.811	99.677	62.422	81	-43.105	0	124.554
Dezembro	128	-142.972	252	-25.881	30.129	-40.795	-18.624	-121.651	0	-319.414
Jan.-dez./2007	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392

Fonte: Caged/MTE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana: PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT	Total
2002 ^a	12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,1	15,5	8,9	7,7	10,3	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
Dezembro/2006	10,4	12,4	7,1	6,5	9,0	6,6	8,4	5,6	8,2
2007									
Janeiro	11,6	13,5	8,4	6,6	10,1	8,1	9,3	5,6	9,0
Fevereiro	12,3	13,6	9,3	7,5	10,6	8,3	9,9	6,6	9,7
Março	12,0	14,1	8,6	7,4	11,5	8,2	10,1	7,1	9,9
Abril	12,1	14,2	8,1	7,5	11,6	7,9	10,1	6,4	9,8
Maiο	12,4	14,6	8,3	8,0	11,2	7,5	10,1	7,0	9,9
Junho	12,6	14,6	7,8	8,0	10,2	7,4	9,7	7,0	9,5
Julho	12,6	14,5	7,3	7,1	10,3	7,5	9,5	7,2	9,3
Agosto	12,9	14,9	7,4	7,4	10,1	7,7	9,5	6,8	9,3
Setembro	12,6	13,5	7,5	7,2	9,4	7,1	9,0	6,3	8,8
Outubro	12,2	13,0	6,9	6,5	9,5	6,3	8,7	6,1	8,5
Novembro	11,0	12,8	6,4	6,5	8,8	6,1	8,2	n.d.	n.d.
Dezembro	9,9	11,4	5,5	6,1	8,0	5,3	7,4	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,6	9,4

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a		12,1	12,7	10,0	16,4	11,3	11,5
2003		12,7	14,5	11,0	17,1	13,6	14,7
2004		11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005		10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006		10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
Dezembro/2006		9,0	10,2	9,2	13,4	12,7	8,6
2007	Janeiro	9,0	10,5	8,6	13,9	12,9	8,6
	Fevereiro	9,7	11,2	8,8	13,9	12,5	9,0
	Março	10,4	12,4	9,4	14,7	12,9	9,8
	Abril	10,9	12,5	10,1	15,1	12,9	9,9
	Maio	10,6	12,3	10,6	14,5	13,4	9,6
	Junho	10,3	12,0	10,8	14,0	13,1	9,2
	Julho	10,5	11,8	10,3	13,4	12,8	8,7
	Agosto	10,4	11,7	10,0	13,3	12,1	8,4
	Setembro	10,5	11,2	9,6	13,2	11,6	8,0
	Outubro	10,0	11,0	9,5	13,6	11,7	8,2
	Novembro	10,0	10,7	9,2	13,5	11,3	8,1
	Dezembro	9,3	10,7	8,7	13,1	11,6	8,2
Jan.-dez./2007		10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED

(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a		2,0	3,5	1,9	3,2	4,5	2,4
2003		2,1	3,6	2,0	3,4	4,8	3,0
2004		1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005		1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006		1,5	3,2	1,5	2,1	3,8	2,0
	Dezembro/2006	1,5	3,0	n.d.	1,8	3,2	1,4
2007	Janeiro	1,7	2,9	n.d.	1,9	3,6	1,4
	Fevereiro	1,7	2,8	n.d.	2,1	3,9	1,9
	Março	1,5	3,0	n.d.	2,2	4,1	1,9
	Abril	1,2	3,0	n.d.	2,1	3,9	1,9
	Maiο	1,1	3,0	n.d.	1,7	3,7	1,8
	Junho	1,1	2,9	n.d.	1,5	3,5	1,5
	Julho	1,2	2,7	n.d.	1,6	3,4	1,6
	Agosto	1,3	2,8	n.d.	1,6	n.d.	1,6
	Setembro	1,3	2,7	n.d.	1,6	n.d.	1,7
	Outubro	1,1	2,9	n.d.	n.d.	n.d.	1,6
	Novembro	1,0	2,9	n.d.	n.d.	n.d.	1,4
	Dezembro	0,9	2,9	n.d.	n.d.	n.d.	1,3
	Jan.-dez./2007	1,3	2,9	n.d.	1,8	3,7	1,6

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED

(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a		4,9	4,1	3,5	7,8	4,7	4,1
2003		5,1	4,5	3,7	7,6	4,6	4,7
2004		5,1	4,2	3,5	7,6	4,4	4,1
2005		4,9	3,6	2,9	7,4	4,3	3,2
2006		4,0	4,3	3,1	6,6	4,1	2,2
	Dezembro/2006	3,7	4,5	3,7	6,3	4,3	1,6
2007	Janeiro	3,8	4,2	n.d.	6,3	4,2	1,9
	Fevereiro	4,0	3,8	n.d.	6,3	4,1	2,0
	Março	4,0	3,5	n.d.	6,0	n.d.	2,1
	Abril	4,2	3,5	n.d.	6,2	n.d.	1,7
	Maiο	3,8	3,1	n.d.	6,3	n.d.	1,8
	Junho	3,5	3,2	n.d.	6,5	n.d.	2,0
	Julho	3,3	3,2	n.d.	6,5	n.d.	2,0
	Agosto	3,3	3,5	n.d.	6,9	n.d.	1,8
	Setembro	3,3	3,4	n.d.	7,0	n.d.	1,7
	Outubro	3,2	3,2	n.d.	n.d.	n.d.	1,7
	Novembro	3,2	3,1	n.d.	n.d.	n.d.	1,6
	Dezembro	3,3	3,0	n.d.	n.d.	n.d.	1,5
	Jan.-dez./2007	3,6	3,4	n.d.	6,4	4,2	1,8

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a		19,0	20,3	15,3	27,4	20,4	18,1
2003		19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004		18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005		17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006		15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
	Dezembro/2006	14,2	17,7	12,9	22,3	20,2	11,6
2007	Janeiro	14,4	17,6	12,2	22,1	20,7	12,0
	Fevereiro	15,3	17,9	12,3	22,3	20,4	12,9
	Março	15,9	18,9	12,9	22,9	21,1	13,8
	Abril	16,3	19,0	13,6	23,4	20,7	13,5
	Maio	15,5	18,4	14,1	22,5	21,1	13,2
	Junho	14,9	18,1	14,4	22,0	20,5	12,7
	Julho	15,0	17,7	13,8	21,5	20,3	12,3
	Agosto	15,0	18,1	13,4	21,8	19,5	11,8
	Setembro	15,1	17,3	12,8	21,7	19,2	11,4
	Outubro	14,4	17,1	12,4	21,5	18,8	11,5
	Novembro	14,2	16,6	11,9	20,5	18,0	11,1
	Dezembro	13,5	16,5	11,3	20,3	17,9	11,0
	Jan.-dez./2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	9,9	13,9
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
Dezembro/2006	7,0	10,0
2007		
Janeiro	7,6	11,3
Fevereiro	8,1	12,0
Março	8,3	12,4
Abril	8,1	12,5
Maior	8,3	12,4
Junho	7,7	12,0
Julho	7,3	12,0
Agosto	7,4	12,0
Setembro	6,9	11,5
Outubro	6,6	11,1
Novembro	6,4	10,4
Dezembro	5,9	9,3
Jan.-dez./2007	7,4	11,6

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução: PME

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
Dezembro/2006	7,6	11,1	7,8
2007			
Janeiro	8,1	12,1	8,9
Fevereiro	8,7	12,7	9,5
Março	8,5	13,3	9,9
Abril	8,7	13,6	9,7
Maior	8,2	14,4	9,7
Junho	8,5	12,7	9,2
Julho	8,4	12,9	8,8
Agosto	8,3	12,9	9,0
Setembro	7,9	12,6	8,3
Outubro	7,6	11,8	8,1
Novembro	7,4	11,6	7,5
Dezembro	6,5	10,1	7,0
Jan.-dez./2007	8,1	12,6	8,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2002 ^a	34,2	21,6	9,0	4,9
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,0	7,6	3,7
Dezembro/2006	26,5	18,6	6,3	2,9
2007				
Janeiro	33,0	19,5	7,1	3,4
Fevereiro	32,1	20,4	7,8	3,5
Março	35,3	21,8	7,7	3,4
Abril	33,8	21,4	7,8	3,1
Maio	35,7	21,4	7,7	3,6
Junho	29,3	21,1	7,4	3,3
Julho	30,6	20,6	7,2	3,4
Agosto	32,4	20,5	7,3	3,5
Setembro	32,2	18,7	7,1	3,2
Outubro	30,8	18,6	6,8	3,0
Novembro	30,2	17,3	6,5	2,8
Dezembro	27,4	16,3	5,8	2,3
Jan.-dez./2007	31,9	19,8	7,2	3,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
Dezembro/2006	4,6	11,6
2007		
Janeiro	5,2	12,8
Fevereiro	5,3	13,7
Março	5,5	14,1
Abril	5,4	14,1
Maio	5,5	14,1
Junho	5,3	13,4
Julho	4,9	13,3
Agosto	5,0	13,4
Setembro	4,8	12,5
Outubro	4,8	12,0
Novembro	4,4	11,4
Dezembro	4,1	10,2
Jan.-dez./2007	5,0	12,9

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
Dezembro/2006	46,1	53,9
2007		
Janeiro	45,3	54,7
Fevereiro	44,7	55,3
Março	44,6	55,4
Abril	43,9	56,1
Maio	44,5	55,5
Junho	43,8	56,2
Julho	42,4	57,6
Agosto	42,3	57,7
Setembro	41,7	58,3
Outubro	41,5	58,5
Novembro	42,2	57,8
Dezembro	43,3	56,7
Jan.-dez./2007	43,3	56,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período		Chefe	Outros
2002 ^a		29,1	70,9
2003		27,6	72,4
2004		26,1	73,9
2005		26,4	73,6
2006		26,1	73,9
Dezembro/2006		25,3	74,7
2007	Janeiro	25,9	74,1
	Fevereiro	24,6	75,4
	Março	24,9	75,1
	Abril	24,2	75,8
	Maio	24,8	75,2
	Junho	25,1	74,9
	Julho	23,9	76,1
	Agosto	24,2	75,8
	Setembro	24,5	75,5
	Outubro	25,3	74,7
	Novembro	24,7	75,3
	Dezembro	25,6	74,4
	Jan.-dez./2007	24,8	75,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a		0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003		0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004		0,8	8,6	37,4	46,7	6,6
2005		0,5	8,1	38,5	46,4	6,4
2006		0,5	8,0	38,2	46,9	6,4
Dezembro/2006		0,4	7,1	39,9	46,3	6,3
2007	Janeiro	0,3	8,0	37,6	47,4	6,7
	Fevereiro	0,3	7,5	37,0	48,8	6,4
	Março	0,6	8,0	39,0	46,5	5,9
	Abril	0,7	7,9	38,5	47,5	5,4
	Maio	0,7	8,0	38,2	46,9	6,2
	Junho	0,6	6,7	38,9	47,7	6,1
	Julho	0,7	7,1	38,3	47,4	6,5
	Agosto	0,6	7,3	37,7	47,9	6,6
	Setembro	0,6	8,1	36,1	48,8	6,4
	Outubro	0,6	7,5	36,7	48,8	6,3
	Novembro	0,6	7,5	36,8	49,1	6,1
	Dezembro	0,7	7,4	37,5	48,8	5,6
Jan.-dez./2007		0,6	7,6	37,7	48,0	6,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução: PME

(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8-10	> = 11
2002 ^a		36,2	26,9	36,8
2003		33,2	26,9	39,9
2004		29,9	26,9	43,2
2005		27,7	26,1	46,2
2006		26,4	25,8	47,9
	Dezembro/2006	26,0	24,6	49,4
2007	Janeiro	24,6	24,0	51,4
	Fevereiro	25,0	23,6	51,4
	Março	23,3	24,3	52,3
	Abril	24,0	25,0	51,0
	Maio	22,4	26,3	51,2
	Junho	24,5	24,3	51,2
	Julho	25,0	25,3	49,8
	Agosto	24,4	25,2	50,3
	Setembro	24,6	26,6	48,8
	Outubro	24,2	25,7	50,0
	Novembro	24,5	26,6	48,9
	Dezembro	23,5	25,0	51,5
	Jan.-dez./2007	24,2	25,2	50,7

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração: PME

(Em %)

Período	< 1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002 ^a	20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
Dezembro/2006	22,8	44,6	10,3	13,6	8,7
2007					
Janeiro	26,3	46,0	6,6	12,9	8,3
Fevereiro	24,7	48,2	7,2	11,5	8,5
Março	24,5	47,9	7,4	11,8	8,4
Abril	23,0	50,0	7,0	11,3	8,6
Maio	26,2	46,8	6,7	12,0	8,3
Junho	24,3	48,5	7,1	11,8	8,3
Julho	25,6	45,8	8,6	11,8	8,1
Agosto	23,8	45,5	9,8	11,8	9,2
Setembro	24,1	45,2	10,4	12,7	7,6
Outubro	23,4	45,6	10,7	11,7	8,5
Novembro	23,6	43,3	9,7	14,0	9,4
Dezembro	21,9	47,5	8,2	13,3	9,1
Jan.-dez./2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período		Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B. ^a
	2002	4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
	2003	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
	2004	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
	2005	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
	2006	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
	Dezembro/2006	476.175	467.875	98,26	1,31
2007	Janeiro	545.507	534.528	97,99	1,32
	Fevereiro	467.977	459.701	98,23	1,32
	Março	608.801	596.693	98,01	1,33
	Abril	521.958	511.710	98,04	1,27
	Maio	567.570	551.940	97,25	1,26
	Junho	486.666	465.303	95,61	1,27
	Julho	373.614	353.639	94,65	1,27
	Agosto	541.696	525.435	97,00	1,27
	Setembro	466.136	444.133	95,28	1,28
	Outubro	527.051	516.678	98,03	1,29
	Novembro	501.231	488.030	97,37	1,29
	Dezembro	479.229	459.160	95,81	1,30
	Jan.-dez./2007 ^b	6.087.436	5.906.950	96,94	1,29

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego.

^a Valor médio do benefício em SMR.

^b Os valores anuais se referem à soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de dezembro de 2007)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	871,72	888,17	1.050,65	1.208,14	1.351,00	1.118,50	1.205,39	n.d.	n.d.
2003	755,12	839,19	952,27	1.025,55	1.198,19	1.021,11	1.062,40	994,29	1.057,63
2004	736,31	822,01	950,20	1.013,68	1.179,36	1.027,54	1.049,23	1.026,51	1.047,64
2005	759,94	837,37	971,74	1.035,56	1.193,98	1.015,05	1.065,60	1.014,07	1.061,99
2006	795,89	882,71	1.010,52	1.063,87	1.254,74	1.048,91	1.108,10	1.092,49	1.107,01
Dezembro/2006	801,99	919,42	1.022,02	1.098,47	1.291,62	1.067,27	1.138,19	1.082,35	1.134,28
2007 Janeiro	808,70	894,34	1.057,08	1.091,60	1.264,01	1.054,47	1.126,08	1.106,88	1.124,74
Fevereiro	804,77	887,56	1.042,00	1.084,93	1.317,88	1.085,43	1.147,72	1.104,98	1.144,73
Março	791,67	889,77	1.005,68	1.130,18	1.299,24	1.094,86	1.147,33	1.059,82	1.141,21
Abril	820,62	892,05	1.038,95	1.136,94	1.290,74	1.088,42	1.150,31	1.057,61	1.143,82
Maiο	805,56	941,86	1.041,90	1.136,32	1.294,67	1.085,51	1.153,70	1.077,72	1.148,38
Junho	807,55	895,73	1.044,59	1.157,08	1.271,90	1.091,91	1.148,07	1.020,84	1.139,16
Julho	819,63	897,99	1.048,66	1.147,80	1.243,88	1.095,62	1.134,34	1.043,14	1.127,95
Agosto	856,24	894,73	1.056,30	1.113,57	1.245,69	1.085,70	1.129,01	1.131,29	1.129,17
Setembro	803,74	896,19	1.036,15	1.136,06	1.246,69	1.107,78	1.132,17	1.114,06	1.130,91
Outubro	829,47	895,43	1.060,84	1.114,54	1.264,62	1.100,71	1.138,32	1.174,40	1.140,84
Novembro	830,00	931,41	1.087,70	1.131,91	1.277,16	1.113,90	1.153,67	n.d.	n.d.
Dezembro	827,10	945,80	1.046,10	1.125,70	1.314,10	1.114,40	1.164,00	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2007	817,09	905,24	1.047,16	1.125,55	1.277,55	1.093,23	1.143,73	1.089,07	1.137,09

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

^b Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VI.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ de novembro de 2007)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total/IBGE	CT ^a	Total
2002 ^b	855,29	899,78	1.051,18	1.182,48	1.360,20	1.090,76	1.200,03	n.d.	n.d.
2003	738,06	833,79	944,59	1.027,36	1.177,01	1.009,14	1.050,73	963,29	1.044,61
2004	715,83	817,20	944,53	1.013,75	1.193,65	1.023,03	1.052,80	987,03	1.048,19
2005	763,75	854,61	978,84	1.040,24	1.213,50	1.023,23	1.078,01	1.006,92	1.073,04
2006	813,46	899,19	1.024,62	1.071,52	1.281,06	1.061,78	1.125,95	1.107,32	1.124,65
Jan.-nov./2006	788,44	884,52	999,44	1.047,79	1.258,35	1.041,40	1.103,32	1.092,17	1.102,54
2006									
Novembro	807,86	1.000,44	1.027,39	1.139,90	1.424,86	1.103,50	1.213,59	1.139,28	1.208,39
Dezembro	1.088,69	1.060,60	1.301,58	1.332,48	1.530,88	1.285,96	1.374,95	1.274,05	1.367,89
2007									
Janeiro	796,50	924,19	1.009,23	1.088,61	1.300,24	1.066,60	1.138,47	1.102,30	1.135,94
Fevereiro	780,24	891,22	975,57	1.119,29	1.277,51	1.081,05	1.130,39	1.053,72	1.125,03
Março	801,34	878,74	1.003,90	1.116,46	1.271,04	1.076,74	1.129,75	1.051,25	1.124,26
Abril	789,26	927,77	1.016,37	1.132,80	1.279,76	1.072,95	1.140,50	1.076,49	1.136,02
Maio	797,88	882,83	1.027,64	1.133,12	1.256,47	1.085,00	1.131,45	1.023,21	1.123,88
Junho	808,18	888,49	1.034,12	1.130,55	1.225,95	1.088,74	1.119,24	1.035,72	1.113,40
Julho	843,59	881,74	1.032,59	1.106,64	1.237,96	1.079,09	1.119,19	1.125,41	1.119,62
Agosto	794,95	878,48	1.016,11	1.124,56	1.235,33	1.089,74	1.119,04	1.107,33	1.118,22
Setembro	821,50	887,72	1.034,72	1.102,15	1.249,12	1.087,56	1.123,75	1.160,08	1.126,29
Outubro	819,10	921,46	1.068,27	1.120,72	1.265,02	1.109,70	1.141,96	n.d.	n.d.
Novembro	866,93	989,18	1.097,51	1.154,31	1.418,28	1.169,76	1.231,65	n.d.	n.d.
Jan.-nov./2007	810,86	904,71	1.028,73	1.120,84	1.274,24	1.091,54	1.138,67	1.081,72	1.124,74

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.^b Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de dezembro de 2007)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.166,99	737,16	1.052,79	1.679,60	1.035,22	1.205,39
2003	1.079,66	677,40	966,54	1.560,70	838,87	1.062,40
2004	1.076,77	673,30	960,67	1.528,17	833,95	1.049,23
2005	1.067,69	702,52	965,53	1.585,57	850,99	1.065,60
2006	1.104,66	724,72	1.005,16	1.672,08	891,46	1.108,10
Dezembro/2006	1.104,50	725,25	1.007,83	1.725,02	963,47	1.138,19
2007						
Janeiro	1.088,81	751,49	1.003,02	1.759,61	924,83	1.126,08
Fevereiro	1.139,21	780,08	1.050,10	1.748,34	963,07	1.147,72
Março	1.117,96	736,07	1.022,83	1.763,86	964,40	1.147,33
Abril	1.137,61	725,09	1.034,25	1.805,60	938,73	1.150,31
Maio	1.135,68	768,65	1.045,67	1.793,52	942,59	1.153,70
Junho	1.105,29	788,32	1.026,92	1.766,21	974,30	1.148,07
Julho	1.120,93	761,17	1.033,22	1.748,43	950,01	1.134,34
Agosto	1.106,01	761,53	1.023,89	1.683,65	904,00	1.129,01
Setembro	1.101,21	741,24	1.014,18	1.760,81	954,68	1.132,17
Outubro	1.097,89	753,04	1.014,92	1.791,77	957,68	1.138,32
Novembro	1.112,92	754,19	1.028,28	1.830,79	961,39	1.153,67
Dezembro	1.120,10	812,80	1.046,50	1.849,70	968,90	1.164,00
Jan.-dez./2007	1.115,30	761,14	1.028,65	1.775,19	950,38	1.143,73

Fontes: PME/IBGE e PME/Imparides.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA VI.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de novembro de 2007)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.188,71	712,77	1.061,72	1.706,36	989,21	1.200,03
2003	1.099,98	652,63	973,89	1.572,61	798,73	1.050,73
2004	1.104,21	659,21	975,79	1.555,12	810,58	1.052,80
2005	1.102,13	690,35	987,75	1.630,99	837,22	1.078,01
2006	1.148,97	712,13	1.035,32	1.745,88	869,12	1.125,95
Jan.-nov./2006	1.117,86	704,03	1.009,83	1.686,50	864,63	1.103,32
2006						
Novembro	1.245,02	728,43	1.113,26	1.893,80	955,45	1.213,59
Dezembro	1.491,19	801,20	1.315,74	2.399,11	918,59	1.374,95
2007						
Janeiro	1.146,28	762,42	1.051,02	1.782,93	920,56	1.138,47
Fevereiro	1.120,02	714,21	1.018,88	1.767,22	931,64	1.130,39
Março	1.133,89	706,08	1.026,76	1.799,64	897,80	1.129,75
Abril	1.135,13	746,57	1.039,82	1.795,17	919,42	1.140,50
Maiο	1.107,36	772,15	1.024,46	1.768,39	933,83	1.131,45
Junho	1.121,71	742,37	1.029,18	1.751,65	917,57	1.119,24
Julho	1.111,82	749,09	1.025,33	1.694,29	867,82	1.119,19
Agosto	1.100,11	723,37	1.009,03	1.761,09	923,65	1.119,04
Setembro	1.097,65	732,00	1.009,62	1.789,65	923,71	1.123,75
Outubro	1.116,03	735,71	1.026,27	1.837,56	929,32	1.141,96
Novembro	1.237,51	821,27	1.137,73	2.014,19	957,06	1.231,65
Jan.-nov./2007	1.129,77	745,93	1.036,19	1.796,52	920,22	1.138,67

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período fev.-dez.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5

Salário mínimo real

(Em R\$ de dezembro de 2007)

Período	SMR	
2002	134,72	
2003	185,93	
2004	217,43	
2005	260,28	
2006	316,27	
	Dezembro/2006	332,84
2007	Janeiro	334,47
	Fevereiro	335,88
	Março	337,35
	Abril	367,22
	Maiο	368,18
	Junho	369,32
	Julho	370,50
	Agosto	372,69
	Setembro	373,62
	Outubro	374,74
	Novembro	376,35
	Dezembro	380,00
	Janeiro-dezembro/2007	363,36

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana
(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	23,9	22,0	20,0	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,5	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,6	22,4	20,8	20,5	24,3	19,1	22,3	16,3	21,9
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,6	14,9	21,2
Dezembro/2006	23,7	22,3	20,8	19,2	22,4	19,1	21,2	13,9	20,7
2007									
Janeiro	22,7	21,6	20,8	19,2	22,0	19,6	21,0	12,9	20,4
Fevereiro	22,3	21,5	21,2	18,5	22,3	18,9	20,9	13,3	20,4
Março	22,7	22,2	21,3	18,7	22,7	17,7	21,1	13,6	20,6
Abril	23,1	21,6	21,8	18,1	22,8	19,0	21,1	14,5	20,7
Maiο	22,6	22,7	20,5	18,5	22,2	19,0	20,9	14,3	20,4
Junho	23,9	21,9	20,4	19,0	21,9	19,0	20,9	14,5	20,4
Julho	21,8	22,0	19,9	18,6	22,2	19,2	20,8	15,6	20,4
Agosto	22,5	21,9	20,2	18,5	21,2	18,7	20,4	15,2	20,0
Setembro	22,7	22,0	21,1	18,7	21,3	18,0	20,5	15,5	20,2
Outubro	20,9	22,0	20,7	18,3	21,6	18,9	20,5	16,2	20,2
Novembro	20,8	21,7	20,1	18,3	20,9	18,9	20,0	n.d.	n.d.
Dezembro	20,3	22,3	19,9	18,9	21,2	18,8	20,3	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2007	22,2	22,0	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	14,6	20,4

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	22,6	22,3	19,5	22,5	16,4	19,5	19,4	n.d.	n.d.
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,4	20,0
2004	24,3	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,6	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	18,8	19,3
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,1	19,2	19,1
Dezembro/2006	22,2	23,1	18,1	23,4	17,4	18,8	19,8	19,6	19,8
2007									
Janeiro	21,6	22,2	17,6	22,8	17,7	18,0	19,6	19,8	19,6
Fevereiro	21,1	22,3	17,7	23,3	17,1	17,9	19,4	19,9	19,4
Março	21,2	22,2	17,9	23,5	17,1	18,8	19,5	20,3	19,6
Abril	20,8	23,1	17,2	23,5	16,2	19,0	19,1	19,4	19,2
Maiο	20,3	23,5	18,1	23,2	16,9	18,4	19,4	20,1	19,5
Junho	21,1	22,9	18,0	23,5	17,5	18,1	19,7	19,9	19,7
Julho	21,7	22,6	17,6	23,1	17,1	18,1	19,4	19,4	19,4
Agosto	20,7	22,5	17,8	22,2	16,9	17,3	19,0	20,3	19,1
Setembro	20,0	22,3	17,8	22,1	17,5	18,9	19,3	20,6	19,4
Outubro	20,5	22,9	17,5	22,0	17,4	18,3	19,2	19,8	19,2
Novembro	22,5	23,3	18,2	22,3	17,2	17,5	19,3	n.d.	n.d.
Dezembro	22,8	22,5	18,1	22,2	17,4	18,0	19,4	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	20,0	19,4

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	66,9	n.d.	n.d.
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,4	47,6	67,0
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,4	51,8	66,3
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,5	46,1	58,6
2006	92,5	82,0	63,8	56,9	60,7	55,8	61,2	46,5	60,1
Jan.-nov./2006	85,4	80,7	61,1	54,8	59,0	51,3	58,9	44,8	57,9
2006									
Novembro	93,0	84,4	59,7	62,3	76,3	60,2	70,9	62,4	70,4
Dezembro	170,2	96,0	93,6	80,6	79,4	105,7	86,1	64,7	84,8
2007									
Janeiro	71,6	92,6	44,5	58,2	47,8	39,0	50,3	37,0	49,5
Fevereiro	96,2	89,7	64,8	56,4	53,7	53,3	56,8	43,3	55,9
Março	79,9	57,5	61,8	57,3	64,3	47,3	60,6	33,3	58,6
Abril	86,3	69,5	51,8	45,5	52,7	45,4	52,0	29,2	50,4
Maiο	81,9	76,6	49,6	36,8	39,4	55,1	43,4	43,0	43,4
Junho	80,2	69,1	49,4	38,1	55,9	42,1	51,1	35,2	50,0
Julho	73,4	91,4	69,0	39,5	44,3	47,1	48,4	24,7	46,7
Agosto	72,7	89,4	52,4	56,2	47,0	45,8	52,1	39,1	51,2
Setembro	74,0	81,9	46,2	58,1	42,4	69,4	50,0	22,9	47,8
Outubro	75,5	88,9	56,0	63,4	41,3	61,5	51,7	n.d.	n.d.
Novembro	39,8	95,8	56,2	46,9	48,9	60,5	50,7	n.d.	n.d.
Jan.-nov./2007	75,6	82,0	54,7	50,6	48,9	51,5	51,6	34,2	50,4

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,4	n.d.	n.d.
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,7	8,9	35,7
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,1	10,5	34,3
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,6	-0,6	29,3
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,1	-3,1	29,7
Jan.-nov./2006	49,5	57,2	11,0	25,2	28,2	-0,5	29,4	-4,0	27,0
2006									
Novembro	44,8	60,1	10,1	22,6	30,2	4,0	30,3	9,5	28,9
Dezembro	106,8	67,9	44,4	55,1	66,4	24,7	62,3	6,9	58,5
2007									
Janeiro	37,6	50,4	14,6	21,9	21,4	2,8	24,5	-13,3	21,9
Fevereiro	39,2	48,4	18,9	9,5	22,1	0,4	20,2	-7,6	18,3
Março	41,0	50,8	10,1	14,2	32,4	-1,2	26,3	0,4	24,5
Abril	41,6	61,3	4,8	7,0	31,4	1,0	23,5	-2,8	21,6
Maiο	40,0	54,9	6,7	4,6	24,3	-6,4	18,6	5,2	17,6
Junho	45,7	68,8	5,2	18,3	20,1	-2,5	22,2	-2,3	20,5
Julho	22,2	63,0	23,4	28,1	24,7	1,2	28,1	-3,3	25,9
Agosto	31,7	58,4	9,4	23,8	12,3	3,5	19,1	-0,8	17,7
Setembro	41,5	58,4	2,6	20,2	13,3	6,2	18,8	2,5	17,7
Outubro	43,4	49,3	-2,0	28,7	12,6	4,0	20,1	n.d.	n.d.
Novembro	45,2	53,9	12,5	22,8	27,3	13,5	29,3	n.d.	n.d.
Jan.-nov./2007	39,0	56,1	9,6	18,1	22,0	2,0	22,8	-2,4	21,0

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Marcos Hecksher

Revisão

Lucia Duarte Moreira

Alejandro Sainz de Vicuña

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Camila Guimarães Simas

Camila Oliveira de Souza (estagiário)

Carlos Henrique Santos Vianna

Reprografia

Edson Soares

Brasília

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - 9º andar

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5090 Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50 /609

20044-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3515-8426 Fax: (21) 3515-8402

Correio eletrônico: marcos.hecksher@ipea.gov.br

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5374

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>